

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO
2013 / 2014**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E O FINANCIAMENTO DO
TERRORISMO COMO AMEAÇAS À SEGURANÇA NACIONAL**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, NEM DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, NEM DA GUARDIA CIVIL ESPANHOLA



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E O FINANCIAMENTO DO
TERRORISMO COMO AMEAÇAS À SEGURANÇA NACIONAL**

TCOR GC (ESP) José Andrés Campón Domínguez (C)

Trabalho de Aplicação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto 2013/2014

Pedrouços – 2014



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E O FINANCIAMENTO DO
TERRORISMO COMO AMEAÇAS À SEGURANÇA NACIONAL**

TCOR GC (ESP) José Andrés Campón Domínguez (C)

Trabalho de Aplicação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto 2013/2014

Orientador: TCOR GNR Inf^a Carlos João Soares Costa

Pedrouços – 2014



Agradecimentos

Apesar do presente trabalho só ter sido possível com o apoio de várias pessoas, há algumas a quem não podemos deixar de estar gratos. Em primeiro lugar quer agradecer a ajuda e o apoio contínuo da Área de Ensino Específico da Guarda Nacional Republicana (GNR) ao longo da minha estadia no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), com o Coronel Raúl Maia Pires, à frente. Esta apreciação deve ser feita sobre medida para dois oficiais da GNR, por um lado, o Tenente-coronel Paulo Alves Silvério, Diretor dos Cursos da GNR, por sua inestimável ajuda em virtude de sua capacidade de fornecer informações valiosas e sua bondade sem limites e, por outro lado, o meu mentor e orientador neste trabalho o Tenente-coronel Carlos João Soares Costa, professor daquela Área de Ensino, pela sua ajuda sem horários e sem cujo conselho não poderia ter feito o trabalho, nem o curso teria sido tão bom como foi até agora.

Em segundo lugar, aos Professores do IESM que me permitiram adquirir e ampliar os meus conhecimentos sobre inúmeros assuntos e cuja cristalização pode ter um bom exemplo neste trabalho concebido com sã ambição, mas escrito com humildade. Essa valorização deve ser personalizada na pessoa do Diretor do Curso de Estado-Maior Conjunto, Coronel Inf. João Pedro Boga Ribeiro, que tem cumprindo o seu complicado papel a partir do rigor, mas também com flexibilidade.

Aos meus superiores e subordinados em todas as unidades da Guarda Civil, onde eu estive, por serem a motivação permanente para trabalhar todos os dias um pouco mais e um pouco melhor. Pela natureza deste trabalho devo fazer um agradecimento especial a todos os membros da Guarda Civil e outros órgãos de segurança em Espanha, Portugal e outros países que lutam contra o flagelo do terrorismo e contra a ameaça do crime organizado. Da mesma forma que eu tenho uma memória para aqueles que faziam parte da antiga Unidade Central de Investigação Fiscal e Antidrogas (UCIFA) da Guarda Civil por sua dedicação e disposição para o serviço e, especificamente, para os meus companheiros na Equipa de Branqueamento de Capitais e outras fraudes.

A meus pais e a minha família, com um agradecimento especial para minha esposa, Maria Eugénia, que me incentivou a fazer este curso e sempre me apoiou durante este intenso período, e aos meus filhos, Andrés e Isabel, que aguantaram com paciência as horas de computador de seu pai. A todos um bem-haja.



Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Conceptual	6
a. Segurança	6
b. Ameaças	6
c. Terrorismo	8
d. Crime organizado	10
2. Branqueamento de capitais procedentes do crime organizado	13
a. Definição	13
b. Processo	15
c. Tipologia de técnicas	15
d. Princípios	17
e. Relações sistémicas entre o crime organizado e o branqueamento de capitais	18
f. Estudo de casos	22
3. Financiamento do terrorismo	24
a. Definição	25
b. Tipologia de fontes de financiamento	27
c. Técnicas de movimentos de fundos	30
d. Relações sistémicas entre o financiamento do terrorismo e o terrorismo	32
e. Estudo de casos	34
4. Estruturas comuns entre o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo	37
a. Nexos comuns entre o terrorismo e o crime organizado	37
b. Estruturas financeiras comuns	39
c. Estruturas não financeiras comuns	41
d. Estudo de casos	42
e. A luta contra as estruturas identificadas no quadro das Estratégias face ao financiamento do terrorismo e ao branqueamento de capitais	43
5. Análise dos resultados	45
Conclusões	47
Bibliografia	54
Apêndice I: Casos de estudo sobre branqueamento de capitais	Ap.1-1
Caso de estudo nº 1.- Operação Polar Cap	Ap.1.-1



Caso de estudo nº 2.- Operação Solarium-120	Ap.1-3
Apêndice II: Casos de estudo sobre financiamento do terrorismo	Ap2.-1
Caso de estudo nº 3: Jemaah Islamiyah (terrorismo yihadista na Indonésia)	Ap2.-1
Caso de estudo nº 4: Al-Qaeda (terrorismo yihadista).....	Ap2.-1
Caso de estudo nº 5: ETA (terrorismo etnonacionalista separatista na Espanha)..	Ap2.-2
Caso de estudo nº 6: GRAPO (terrorismo extrema esquerda marxista na Espanha)	Ap2.-4
Apêndice III: Casos de estudo sobre estruturas comuns	Ap3.-1
Caso de estudo nº 7: o narcoterrorismo	Ap3.-1
Caso de estudo nº 8: BCCI.....	Ap3.-2
Caso de estudo nº 9: HSBC	Ap3.-3

Índice de Figuras

Figura 1.- Estrutura básica do Cartel de Cali.....	20
Figura 2.- Modelo sistémico das operações do Cartel de Cali	21
Figura 3.- Lista dos vinte principais doadores de Al-qaeda (Golden Chain).....	29
Figura 4.- Modelo de Triângulo Mágico numa organização terrorista.....	33

Índice de Tabelas

Tabela 1.- Ameaças a segurança para as organizações internacionais e para os países ...	7
Tabela 2.- Elementos comuns das definições de terrorismo	8
Tabela 3.- Elementos comuns das definições de crime organizado na literatura	10
Tabela 4.- Indicadores do crime organizado	11
Tabela 5.- Resumo das características das etapas do processo de branqueamento de capitais	15
Tabela 6.- Modelo dos Cinco Anéis aplicado ao Cartel de Cali.....	20
Tabela 7.- Custos diretos da organização e execução das principais ações terroristas ..	24
Tabela 8.- Uma organização terrorista como um sistema de acordo com o modelo dos cinco anéis de Warden.....	34
Tabela 9.- Elementos comuns entre o crime organizado e o terrorismo	38



Resumo

Este trabalho centra-se na análise do crime organizado e do terrorismo como ameaças à segurança nacional de cada um dos Estados soberanos que compõem a comunidade internacional.

O branqueamento de capitais é o processo cíclico que permite que os benefícios, das atividades ilícitas das organizações criminosas retornem, sob aparência de legalidade, aos líderes e membros dessas organizações. A capacidade de desfrutar desses benefícios, aparentemente legais, na sociedade civil é a principal motivação que mantém a continuidade e crescimento desta forma perniciosa de associação humana. Mediante a reformulação e a adaptação de um modelo teórico sistêmico de dados criminais e da análise de vários casos de estudo procura-se confirmar a hipótese segundo a qual, se fora eliminada a capacidade de lavagem de dinheiro das organizações criminosas, estas perderiam a sua motivação e a sua força, e como consequência o nível das suas atividades diminuiria drasticamente.

O terrorismo é o flagelo de alguns Estados e uma ameaça contínua para todos eles, mas a sua força vital está constituída por fundos económicos que lhes permitem manter as suas estruturas, a sua logística e o seu pessoal, ou seja, a sua capacidade operacional. Sem financiamento, o terrorismo ainda seria uma atividade perigosa, mas com uma muito menor incidência e sequelas humanas, sociais e económicas.

Existem vários fatores que sugerem que há estruturas e processos comuns entre o financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais. Com o mesmo método utilizado anteriormente e com base no estudo de casos-chave tentar-se-á identificar essas estruturas, diferenciando as que têm natureza financeira das que não a têm.

Finalmente, conclui-se que é necessária uma estratégia para controlar essas estruturas e, se for o caso, poder-se-á atacá-las considerando-as centros de gravidade de ambos os tipos de organizações criminosas, quer seja terrorista quer seja do crime organizado. E que permita fazê-lo com meios suficientes e adequados para conseguir neutralizá-las e evitar que essas organizações alcancem os seus objetivos.



Abstract

This paper focuses on the analysis of organized crime and terrorism as threats to the national security of each and every one of the sovereign states that are part the international community.

Money laundering is the cyclical process that allows the profits of the illegal activities of criminal organizations can return to its leaders and members under the appearance of being legal. The ability to enjoy these benefits apparently legal in civil society is the main motivation that keeps the continuity and growth of this pernicious form of human association. By reformulation and adaptation of a systemic theoretical model of criminal data and the analysis of several case studies it seeks to confirm the hypothesis according to which if the ability to launder money from criminal organizations were eliminated, these will lose their motivation and strength and the level of their activities would decrease drastically.

Terrorism is the scourge of some States and a continuing threat to all of them, but its lifeblood is constituted by funds that allow them to maintain their structures, logistics and human resources or, in other words, its operational capacity. Unfunded, terrorism would still be a rough but with a less human, social and economic impact.

There are multiple factors which suggest that there are common structures and processes between terrorist financing and money laundering. With the same method used above and based on the study of key cases it is intended to identify those structures by differencing the ones that have financial nature from the ones that don't.

Finally, we conclude that a strategy to control these structures is necessary and, in its case, they can be attacked considered as the centers of gravity of both types of criminal organizations, terrorist or criminal. And let us do it with sufficient and appropriate means for neutralizing them and prevent that these organizations achieve their goals.



Palavras-Chave

Terrorismo

Crime

Crime Organizado

Segurança

Defesa

Ordem Pública

Ameaça

Narcotráfico

Narco-terrorismo

Branqueamento de capitais

Lavagem de dinheiro

Financiamento do terrorismo

Modelo sistémico

Organização terrorista

Organização criminosa

Estrutura comum

Organizações mecenas



Lista de Abreviaturas

AML/CFT	<i>Anti-money laundering and countering the financing of terrorism</i>
BC	Branqueamento de Capitais
BCCI	<i>Bank of Credit and Commerce International</i>
CTITF	<i>Counter-Terrorism Implementation Task Force of United Nations</i>
CP	Código Penal português
CPE	Código Penal espanhol
CESEDEN	<i>Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional</i>
CPP	Código Penal português
CFT	<i>Combating the financing of terrorism</i>
DEA	<i>Drug Enforcement Administration</i>
DIH	Direito Internacional Humanitário
DIP	Direito Internacional Público
EES	Estratégia Espanhola de Segurança
ESS	<i>European Security Strategy</i>
ETA	<i>Euskadi ta Askatasuna</i> (País Basco e Liberdade)
EUA	Estados Unidos da América
FARC	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia</i>
FBI	<i>Federal Bureau of Investigations</i>
FIU	<i>Financial Intelligence Unit</i>
FT	Financiamento do Terrorismo
FTM	<i>Follow the money</i> (Segue o dinheiro)
GBP	<i>Great Britain Pounds</i> (libras esterlinas)
GRAPO	<i>Grupo de Resistencia Antifascistas Primero de Octubre</i>
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IFTS	<i>Informal Funds Transfer Systems</i>
IIRO	<i>International Islamic Relief Organization</i>
IMF	<i>International Monetary Fund</i>
IRIC	<i>Internacional Relations and Information Center</i>
JI	<i>Jemaah Islamiyah</i>



MONEYVAL	<i>Committee of Experts of European Council on the Evaluation of Anti-Money Laundering Measures and the Financing of Terrorism</i>
NCTAUS	<i>National Commission on Terrorist Attacks upon the United States</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
TGS	Teoria General de Sistemas
UE	União Europeia
UIF	Unidade de Informação Financeira
UNODC	<i>United Nations Office on Drug and Crime</i>
UNSC	<i>United Nations Security Council</i>
URSS	União de Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	<i>United States Dollar</i> (dolar)
WB	<i>World Bank</i>



“O crime organizado não é apenas um fenómeno nacional”
Ban Ki-moon, Secretario General de la ONU
Discurso sobre segurança regional na América Central e do Sul
Guatemala, 16 de março de 2011

“O terrorismo é, pela sua natureza, ruim, covarde e injustificável, além de contrário aos
mais elementares direitos humanos e aos valores democráticos”

S.S.M.M Dom Juan Carlos I, Rei de Espanha
Discurso no ato solene em memória e homenagem às vítimas do terrorismo
Madrid, 27 de junho de 2010

Introdução

Numa tentativa de não começarmos este trabalho sobre o terrorismo e o crime organizado falando dos atentados de Nova Iorque de 2001 ou da queda do muro de Berlim, voltámos a vista completamente e para longe para prestar atenção à promulgação da Lei de Segurança Nacional dos Estados Unidos de América (EUA) de 1947, que criou uma rede de instituições que tem dominado a Segurança daquele país e da maior parte do mundo durante o meio século a seguir. Além disso, podemos olhar para dois dos objetivos que esta Lei pretendia atingir: o primeiro, era que os EUA nunca mais foram tomados de surpresa como ocorreu em Pearl Harbour em 1941 e o segundo, era fazer face a ameaça que a União Soviética e o seu bloco constituíam para a segurança coletiva do Ocidente. Isso conduz-nos a assinalar a queda do muro de Berlim como um êxito da estratégia que acompanhava aquela Lei e a apontar ao 11-S como uma falha de segurança que voltou a colher a maior parte da classe política e a própria sociedade americana e ocidental de surpresa.

A queda do muro de Berlim, no dia 9 de novembro de 1991, ao contrário do que a lógica da aqueles dias poderia dizer, não trouxe um mundo mais seguro. A partir desta data, a ameaça à segurança dos estados ocidentais que era a União Soviética (URSS) começou a declinar, as preocupações de segurança não-tradicionais, como o terrorismo e o crime organizado, entraram lentamente agendas políticas das organizações internacionais e dos estados nacionais.

Até aos anos 1980, o crime organizado, como um problema reconhecido oficialmente, parecia ser limitado a um pequeno número de países, como Itália, EUA, China, Colômbia e



Japão (Paoli, 2008, p. 37), e as suas atividades internacionais estavam limitadas pelas fronteiras físicas e pelas barreiras aduaneiras e legais.

Em Espanha no início da década dos oitenta os movimentos terroristas proliferaram e as suas ações cresceram quer em número quer na gravidade dos seus resultados. Portugal, felizmente, não teve este problema na mesma magnitude. No caso do crime organizado a situação da península ibérica como ponte de união entre América e África com a Europa converteu-a um centro logístico do crime organizado.

A invasão do Afeganistão pelas tropas russas, em 1979, determinou uma estratégia de resistência e pressão por parte dos estados ocidentais e islâmicos (Brzezinski, 2007, p. 94; White, 2012, p. 9). A mistura de jihadistas financiados pelos sauditas, a intervenção americana secreta, os extremistas xiitas apoiados pelo Irão, e os políticos locais afegãos e paquistaneses, provou ser muito explosiva para os soviéticos. Essa foi a situação que levou ao nascimento da rede terrorista jihadista Al-qaeda. Depois de perder a guerra, os dominós que compunham a União Soviética entraram em colapso arrastando a seu passo o muro de Berlim que a separava do Ocidente. Mas essa força poderosa não se dissipou após a derrota dos soviéticos, e eventualmente evoluiu e deu origem à tragédia de 11 Setembro (Moghaddam, 2006, p. x).

Por outro lado, o desaparecimento das barreiras internas do “Espaço Schengen” é igualmente visto como uma causa para o crescimento exponencial desse fenómeno nos últimos 15 anos. Relacionado com esse fator, os alargamentos da UE de 2004 e 2007 também são considerados por trazerem novos riscos, no sentido que algumas das fronteiras dos novos Estados-Membros são mais permeáveis e em contato direto com os países em certos grupos do crime organizado têm origem (Carrapiço, 2012, p. 28). Por isso, não é difícil perceber por que temos observado nos últimos quinze anos um aumento da atividade criminosa na Europa, tendo-se, em especial, concentrado esse crescimento em novos sectores. (Carrapiço, 2006, p. 10)

Nessa altura, foi sublinhado o facto de que esses novos tipos de ameaça eram de natureza transnacional e só poderiam ser tratadas com eficácia depois de uma transformação do sistema de segurança baseado no Estado, para um sistema de segurança comum (Tickner, 1995, p. 183). Por isso, nenhum Estado, não importa quão poderoso seja, pode por seus próprios esforços tornar-se sozinho invulnerável às ameaças de hoje. Cada Estado requer a cooperação de outros Estados para se tornar seguro. Todos os Estados



estão interessados em cooperar, voluntariamente, com outros Estados para enfrentar as ameaças mais prementes, pois isso irá maximizar as possibilidades de cooperação recíproca para enfrentar as suas próprias ameaças prioritárias (ONU, 2004, p. 16).

Em 12 de setembro de 2001, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pela primeira vez na sua história, invocou o artigo 5 ° cláusula de defesa coletiva após os ataques terroristas contra os Estados Unidos. Mais só foi no mês de maio de 2012 que os países da OTAN concordaram com uma política e uma estratégia para definir o seu papel e o seu mandato no combate ao terrorismo.

Em 2004, a Organização das Nações Unidas (ONU) estimaram que apenas uma das principais atividades dos grupos criminosos organizados, o tráfico de drogas, permite a essas organizações ganhar entre 300 e 500 bilhões USD por ano. Em algumas regiões do globo, os enormes lucros gerados por essa atividade são cifras similares ao próprio PIB de alguns países, o qual significa uma ameaça a autoridade e a capacidade do Estado e, portanto, ao desenvolvimento económico e ao estabelecimento do Estado de Direito (ONU, 2004, p. 53).

Relativamente à bibliografia sobre o terrorismo, sobre o financiamento do terrorismo (FT), sobre o crime organizado e sobre o branqueamento de capitais (BC) existe variada documentação, seja ao nível político seja ao nível dos especialistas em segurança e académicos, para basear o nosso trabalho. Dirigir uma pesquisa sistemática sobre o BC e o FT, a partir de uma perspectiva científica, essencialmente requer observar as seguintes etapas:

- Reunir um conjunto de informação e dados sobre cada fenómeno e sintetizar uma série de alguns princípios gerais, que irá melhorar o nosso conhecimento sobre este assunto.
- Encontrar algumas condições, situações e características gerais e comuns a cada um dos fenómenos conceituados que nos permitam projetar um modelo holístico com base numa ou mais teorias que podem explicar o modelo de observações. Estes modelos devem ser sistémicos, porque a realidade é complexa.
- Usar estas observações, modelos e teorias para propor e validar ideias, hipóteses e métodos para estudar os casos reais propostos. Isto deve ser feito com uma visão holística de como os sistemas modelados trabalham.



- Propor estratégias e medidas preventivas que podem evitar, quer o branqueamento de capitais, quer o financiamento do terrorismo.

O principal objetivo deste trabalho é demonstrar de uma maneira metodologicamente robusta que há nexos entre o crime organizado e o terrorismo, e que além disso também entre o FT e o BC procedentes do crime organizado existe uma íntima relação.

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação foi proposta a seguinte Questão de Partida (QP):

- **QP:** Será que existiriam terrorismo e crime organizado sem que existam o financiamento e branqueamento de capitais, respetivamente?

A partir da QP e para nos ajudar a atingir os objetivos específicos, elegemos as seguintes Questões Derivadas (QD):

- **QD1:** Quais são as relações entre as estruturas de branqueamento de capitais (BC) e a existência e atuação do crime organizado?
- **QD2:** Se for possível reduzir a vulnerabilidade do sistema económico ao branqueamento de bens procedentes do crime organizado, as pessoas criminosas terão a mesma motivação para estabelecer ligações com o objetivo de delinquir?
- **QD3:** Quais são as relações entre o financiamento do terrorismo e a existência de fações terroristas?
- **QD4:** Se for possível a eliminação de todas as fontes de financiamento do terrorismo, o fenómeno terrorista ainda poderia existir?
- **QD5:** Existiriam estruturas financeiras comuns que permitam tanto o branqueamento de capitais provenientes de crime organizado, como o financiamento do terrorismo?
- **QD6:** É realista desenhar uma estratégia de deteção, controlo e neutralização das estruturas financeiras que tornam possível o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo?

Completando a definição final do modelo de análise, elaboraram-se as seguintes Hipóteses (H) orientadoras do estudo:

- **H1.** A motivação das organizações criminais é poder disfrutar do benefício das atividades criminosas através do processo de BC.



- **H2.** Sem a possibilidade de branquear os lucros das atividades criminais não teríamos crime organizado.
- **H3.** As organizações terroristas necessitam financiamento para poder realizar ações terroristas que causem temor na população e permitam fazer coação as autoridades legítimas.
- **H4.** Sem o financiamento não existiriam organizações terroristas ativas.
- **H5.** Existem estruturas financeiras e não financeiras comuns ao processo de branqueamento de capitais e ao financiamento das organizações terroristas e suas ações criminais.
- **H6.** É realista desenhar uma estratégia para neutralizar essas estruturas comuns.

Usaremos indicadores qualitativos, porque será através da análise dos modelos, dos documentos escritos e do estudo dos casos como deduziremos a verificação das hipóteses.

A organização de este trabalho tem como base lógica o método descrito acima (Quivy & Van Campenhoudt, 2005) e pretende cumprir escrupulosamente com as regras em vigor do IESM. O primeiro capítulo está dedicado a estabelecer o marco conceptual comum para o desenvolvimento do trabalho. Os dois capítulos a seguir, tratam do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, ambos desde uma ótica teórica e desde uma perspectiva prática e real, com o objetivo de responder às Questões Derivadas colocadas. O capítulo quarto expõe os nexos entre terrorismo e crime organizado, assim como entre os processos de branqueamento de capitais e os métodos de financiamento do terrorismo para determinar as estruturas comuns em ambas estratégias operacionais. O capítulo final recolhe os frutos da análise desenvolvida com algumas soluções para uma possível estratégia que sirva para combater o uso perverso de essas estruturas.



1. Enquadramento Conceptual

Um trabalho bem construído deve estar baseado numa boa descrição dos conceitos chave da temática tratada, com uma dupla finalidade: por um lado, para poder desenvolver uma metodologia correta que permita responder à Questão Principal (QP) formulada com uma tese coerente e consistente e, por outro lado, permitir estabelecer um marco conceptual comum com o resto dos investigadores e especialistas no tema.

a. Segurança

O conceito de segurança no século XXI deve ser amplo e dinâmico, para cobrir todas as áreas relacionadas com a segurança do Estado e dos seus cidadãos, que variam de acordo com as rápidas mudanças no ambiente estratégico, que vão desde a defesa territorial até à estabilidade económica e financeira ou proteção das infraestruturas críticas. Sob este ponto de vista holístico, este trabalho considera que a Segurança Nacional é a ação do Estado dirigida a proteger a liberdade e o bem-estar dos seus cidadãos, para garantir a defesa do nosso país e os seus princípios e valores constitucionais, e contribuir em conjunto com parceiros e aliados para segurança internacional no cumprimento dos compromissos (Gobierno de España, 2013, pp. 6-7).

b. Ameaças

Em Portugal, temos uma definição de ameaça amplamente aceite, que inclusivé, pode ser qualificada como clássica, pois a ameaça é qualquer acontecimento ou ação, quer em curso quer previsível, que contraria ou pode contrariar a consecução de um objetivo, que por norma é causador de danos morais e materiais (Cabral Couto, 1988 , p. 329; Proença Garcia, 2006).

No contexto das organizações internacionais, e pondo ênfase na segurança coletiva, a ameaça é qualquer acontecimento ou processo que cause mortes em grande escala ou uma grande redução das expectativas de vida e que enfraqueça o Estado como unidade básica do sistema internacional.



Tabela 1.- Ameaças a segurança para as organizações internacionais e para os países

Fonte: elaboração própria a partir da referência citada.

<i>Nações Unidas</i> (United Nations, 2004, p. 23)	<i>União Europeia</i> (UE, 2003, p. 3)	<i>Portugal</i> (Governo de Portugal, 2013)	<i>Espanha</i> (Gobierno de España, 2013)	<i>EUA</i> (U.S President, 2010)
Terrorismo	Terrorismo	Terrorismo	Terrorismo	Terrorismo
Crime organizado transnacional	Criminalidade organizada	Criminalidade transnacional organizada	Crime organizado	Crime organiza- do transnacional Ameaças a gover- nabilidade.
Armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas	A proliferação das armas de destruição maciça	A proliferação das armas de destruição maciça	A proliferação das armas de destruição maciça	Armas nucleares, radiológicas, quí- micas e biológicas
		Cibercriminalidade	Ciberameaças	Segurança ciber- espacial
Ameaças econômicas e sociais, incluindo a pobreza, as doenças infecciosas e a degra- dação ambiental		A disputa por recursos naturais escassos. Os desas- tres naturais e a mudança climática.	Instabilidade econô- mica e financeira. Vulnerabilidade ener- gética. Emergências e catástrofes. Fluxos migratórios irregula- res. Espionagem	Instabilidade eco- nômica mundial. Mudança climáti- ca. Pandemias e doenças infeccio- sas.
Conflitos interestatais	Conflitos regionais	Conflitos regionais	Conflitos armados	Conflitos armados Ameaça militar.
Conflito interno, incluindo a guerra civil, genocídio e outras atrocidades em larga escala.	Fracasso dos Estados	A multiplicação de Estados frágeis e de guerras civis. A pirataria		Segurança dos es- paços comuns e do ártico.

Nas nossas sociedades acontecem fenómenos globais que propiciam a propagação ou transformação da natureza das ameaças e riscos que enfrentamos. Estes catalisadores poderiam aumentar a nossa vulnerabilidade e que referiremos como “potenciadores”. Estes fenómenos condicionam as ameaças e riscos mas também oferecem novas oportunidades (Gobierno de España, 2011, p. 33). Entre os fatores potenciadores do risco encontram-se fenómenos que aumentam a probabilidade das ameaças se concretizarem, por isso o conhecimento e controlo dos fatores potenciadores permitir-nos-á enfrentar as ameaças e riscos desde diversas perspetivas com as capacidades existentes (Rodriguez Berlandino, 2012, p. 18)

Para os efeitos da atual Estratégia Nacional espanhola, e para os deste trabalho, uma ameaça é qualquer circunstância ou agente que põe em causa ou perigo a segurança ou a estabilidade do nosso país, enquanto o risco é a contingência ou a probabilidade de que uma ameaça se materializar ocasionando um dano (Gobierno de España, 2011, p. 41).



c. Terrorismo

Em 1983, Schmid recolheu cento e nove diferentes definições em inglês de terrorismo (1983, p. 5), e procedeu à realização de uma análise sistemática do seu conteúdo. Desse trabalho analítico foram isolados vinte e dois elementos que podem ser apresentados pela ordem da sua importância estatística.

Tabela 2.- Elementos comuns das definições de terrorismo

Fonte: (Schmid, 1983, pp. 70-111)

Elemento	Frequência
1. Violência ou força	83,5%
2. Política	65,0%
3. Medo, ênfase no terror	51,0%
4. Ameaça	47,0%
5. Efeitos psicológicos e reações antecipadas	41,5%
6. Discrepância entre alvos e vítimas	37,5%
7. Ação organizada, sistemática, planeada e intencional	32,0%
8. Métodos de combate, estratégia e táticas	30,5%
9. Mais lá da normalidade, com violação das regras aceites, sem restrições humanitárias	30,0%
10. Coação, extorsão, indução a submissão	28,0%
11. Aspectos publicitários	21,5%
12. Arbitrariedade, impessoal, caráter aleatório, indiscriminação	21,0%
13. Civis, não combatentes, neutrais, estrangeiros como vítimas	17,5%
14. Intimidação	17,0%
15. Ênfase na inocência das vítimas	15,5%
16. Grupo, movimento ou organização como perpetrador	14,0%
17. Aspectos simbólicos, demonstração aos outros	13,5%
18. Incalculabilidade, imprevisibilidade, violência inesperada	9,0%
19. Clandestinidade, natureza encoberta	9,0%
20. Reiteração, repetição, campanhas de violência em série	7,0%
21. Criminal	6,0%
22. Demandas realizadas por terceiros partes	4,0%

As vezes uma definição curta pode ser muito clara, por isso o incansável Schmid propôs que um ato de terrorismo é o equivalente em tempo de paz para um crime de guerra (SARC, 2008, p. 7). Esta, aparentemente, simples definição assinala o caminho a seguir nesta tarefa e tem importantes repercussões na determinação da correta estratégia para lhe fazer face.

Brevemente para saber se alguma ação pode ser classificada como terrorista, em primeiro lugar, devemos perguntar-nos se o Estado onde foi feita essa ação está envolvido numa situação de guerra ou conflito armado, de acordo com o Direito Internacional Público. Se a resposta é afirmativa os atos contrário aos usos e leis da guerra, incluindo os



atos terroristas, por parte de qualquer grupo, organização ou pessoa individual seria considerado um crime de guerra definido no Direito Internacional Humanitário. Se a resposta é negativa os atos terroristas serão definidos e punidos de acordo com o direito interno de cada Estado, sempre e quando, esse Direito Penal interno, cumpra as exigências e diretrizes do Direito Internacional Público, segundo as Convenções e as Resoluções das Nações Unidas ou, noutro caso, da União Europeia e outros organismos internacionais de carácter regional.

O artigo 2.1. b), da Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Resolução 54/109, de 9 de Dezembro de 1999, considera atos terroristas, primeiro e de forma descritiva, aqueles que constituírem uma infração no quadro dos nove tratados contra o terrorismo e, segundo, qualquer outro ato destinado a causar a morte ou lesões corporais graves a um civil, ou a qualquer outra pessoa não diretamente envolvidos em hostilidades ou numa situação de conflito armado, quando o propósito de tal ato, por sua natureza ou contexto, é intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer ou deixar de praticar qualquer ato.

A União Europeia, depois de longos e amargos debates, chegou a um consenso para definir o crime de terrorismo nos artigos 1º a 3º da Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo. A referida Decisão-Quadro define “grupo terrorista” e “associação estruturada” da mesma maneira que os Estados membros. Por isso, trataremos a legislação de Espanha e Portugal a seguir.

A Lei Orgânica 10/1995, de Código Penal (CPE) de Espanha, no seu artigo 570 bis, entende a uma organização criminosa como “um grupo formado por mais de duas pessoas com carácter estável ou por tempo indeterminado, que duma maneira concertada e coordenada se distribuem por diversas tarefas ou funções, a fim de cometer crimes, bem como para realizar a prática reiterada de infrações” e, no seu artigo 570 ter, define um grupo criminal como “a união de mais de duas pessoas que, sem ter alguma ou algumas das características da organização criminal definida no artigo anterior, tenha por finalidade ou por objeto a execução concertada de crimes ou a comissão concertada e reiterada de infrações”.

O artigo 571 do CPE considera organizações ou grupos terroristas a aqueles grupos que, reunindo as características respetivamente estabelecidos no artigo 570 bis) e o 570 ter,



ambos acima referidos, têm como finalidade ou objeto subverter a ordem constitucional ou perturbar gravemente a paz pública mediante a realização de qualquer dos crimes previstos na secção seguinte.

Em Portugal, a Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto, de combate ao terrorismo está constituída por onze artigos, e decompõe a previsão e a punição do terrorismo em quatro conceitos, correspondentes às epígrafes dos artigos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º – a saber, “organizações terroristas”, “outras organizações terroristas”, “terrorismo” e “terrorismo internacional (Silveira & Romão, 2005).

d. Crime organizado

Hagan realizou, com uma metodologia semelhante à utilizada por Schmid com o terrorismo, uma análise das definições disponíveis sobre o crime organizado e, de esse jeito, tentou extrair os seus elementos comuns (1983, p. 53). Esse trabalho contou com as definições de dezasseis autores, escritas em livros e relatórios do governo feitos durante os quinze anos anteriores. Foram identificados onze elementos comuns do crime organizado, no entanto com diferentes níveis de frequência.

Tabela 3.- Elementos comuns das definições de crime organizado na literatura

Fonte: (Albanese, 2007, p. 3).

Elemento comuns	Número de Autores
1. Hierarquia organizada continua	16
2. Lucro racional através do crime	13
3. Uso da força ou ameaça	12
4. Corrupção para manter a imunidade	11
5. Demanda pública de serviços	7
6. Monopólio em mercados específicos	6
8. Adesão restrita	4
9. Não ideológico	4
10. Especialização	3
11. Código de silêncio	3
12. Extenso planeamento	2

Como resultado deste trabalho definiu-se o crime organizado como uma empresa criminosa continuada que racionalmente trabalha para lucrar com atividades ilícitas, que muitas vezes têm uma grande contestação pública. A sua existência contínua é mantida através do uso da força, ameaças, controle de monopólio e a corrupção de funcionários públicos (Albanese, 2007, p. 4).



O *Centro de Inteligencia contra el Crimen Organizado* (CICO), para desenvolver o Relatório de Situação e Avaliação da Ameaça do Crime Organizado em Espanha, bem como as áreas de interesse estratégico para o país e para a EU, tem desenvolvido uma Estratégia contra o Crime Organizado que cobriu o período de 2011 a 2014, onde se fez uma análise dos indicadores previstos pela Europol. Esse método fornece os onze indicadores que se seguem:

Tabela 4.- Indicadores do crime organizado

Fonte: Recomendação 11 (2001) do Conselho da Europa

Nº	INDICADORES
1)	A colaboração de mais de duas pessoas.
2)	Divisão específica de tarefas o que determinaria a hierarquia do grupo.
3)	Prolongado desempenho ou tempo indefinido, não para um ato particular.
4)	Usando alguma forma de disciplina ou de controlo interno.
5)	Comissão de crimes graves.
6)	Atividade de extensão internacional.
7)	O uso de violência.
8)	Usando estruturas económicas ou comerciais.
9)	O envolvimento em branqueamento de capitais.
10)	Usando influência sobre os políticos, os media, administração pública, autoridades judiciais e da economia, ou com corrupção.
11)	Busca do lucro ou poder.

Para que uma mera associação de criminosos chegue a adquirir a categoria de grupo do crime organizado tem que obrigatoriamente ir de encontro aos indicadores 1), 3), 5) e 11), além de dois outros em qualquer lugar, geralmente envolve o 9) branqueamento de capitais, ou o 7) uso da violência, tanto externa como interna, dentro do grupo, e o 6) ou seja o seu possível carácter internacional.

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), aberta à assinatura de todos os Estados entre 12 e 15 de dezembro de 2000, em Palermo (Itália), tem como conteúdo as definições a seguir:

- “Grupo criminoso organizado”, um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e atuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infrações estabelecidas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício económico ou outro benefício material;



- “Crime grave”, um ato que constitua uma infração punível com uma pena privativa de liberdade não inferior a 4 anos ou com pena superior;
- “Grupo estruturado”, um grupo formado de maneira não fortuita para a prática imediata de uma infração e cujos membros não tenham necessariamente funções formalmente definidas, podendo não haver continuidade na sua composição nem dispor de uma estrutura desenvolvida;

Além disso no seu artigo 3 estabelece que uma infração será de carácter transnacional quando: for cometida em mais de um Estado; for cometida num só Estado, mas uma parte substancial da sua preparação, planeamento, direção ou controlo tenha lugar noutro Estado; for cometida num só Estado, mas envolva a participação de um grupo criminoso organizado que pratique atividades criminosas em mais de um Estado; ou for cometida num só Estado, mas produza efeitos substanciais noutro Estado.

Na União Europeia, a Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho de 24 de Outubro de 2008 relativa à luta contra a criminalidade organizada em seu artigo 1 define a “organização criminosa”, como uma associação estruturada de mais de duas pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, tendo em vista a prática de infrações passíveis de pena privativa de liberdade ou medida de segurança privativa de liberdade cuja duração máxima seja, pelo menos, igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou outro benefício material.

Como foi dito anteriormente, o CPE define a organização criminosa e o grupo criminal. Por isso, em Espanha o terrorismo é considerado penalmente uma subespécie do crime organizado e, apenas, diferenciado dele por um elemento subjetivo do injusto.

O atual artigo 299º do CP português é a base dos conceitos relacionados com o crime organizado. Especificamente no seu número cinco estabelece que “para os efeitos do presente artigo, considera-se que existe grupo, organização ou associação quando esteja em causa um conjunto de, pelo menos, três pessoas, atuando concertadamente durante um certo período de tempo.”



2. Branqueamento de capitais procedentes do crime organizado

Neste capítulo pretende-se dar resposta a QD1: Quais são as relações entre as estruturas de branqueamento de capitais e a existência e atuação do crime organizado? Segundo a nossa hipótese (H1), a motivação das organizações criminais é poder disfrutar do benefício das atividades criminosas através do processo de BC.

Para este fim, expor-se-á o que é o BC, qual o processo de branqueamento do lucro das atividades ilícitas das organizações criminais, como se podem criar modelos teóricos para as relações entre o crime organizado e o branqueamento de capitais e, finalmente, determinar, através do estudo de casos, qual a dependência do crime organizado da capacidade de branqueamento e vice-versa.

a. Definição

No âmbito das instituições policiais, a Secretaria da Assembleia Geral da Interpol usa uma definição de trabalho que, de forma concisa, diz: o BC é “qualquer ato ou tentativa de ato de ocultar ou dissimular os fundos provenientes de fontes ilegais para que parecem ter sido causados por fontes legítimas” (INTERPOL, 1995, p. 2).

A Convenção de Palermo determinou que cada Estado Parte adotará, em conformidade com os princípios fundamentais do seu direito interno, as medidas legislativas ou outras que sejam necessárias para caracterizar como infração penal, quando praticada intencionalmente:

- A conversão ou transferência de bens, quando quem o faz tem conhecimento de que esses bens são produto do crime, com o propósito de ocultar ou dissimular a origem ilícita dos bens ou ajudar qualquer pessoa envolvida na prática da infração principal a furtar-se às consequências jurídicas dos seus atos;
- A ocultação ou dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens ou direitos a eles relativos, sabendo o seu autor que os ditos bens são produto do crime; e,
- Sob reserva dos conceitos fundamentais do seu ordenamento jurídico: i) A aquisição, posse ou utilização de bens, sabendo aquele que os adquire, os possui ou os utiliza, no momento da receção, que são produto do crime; ii) A participação na



prática de uma das infrações enunciadas no presente Artigo, assim como qualquer forma de associação, acordo, tentativa ou cumplicidade, pela prestação de assistência, ajuda ou aconselhamento no sentido da sua prática.

Essa descrição coincide essencialmente com a tomada na Diretiva 2001/97/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Dezembro, que altera a Diretiva 91/308/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de BC.

O artigo 301 CPE considera como um crime e estabelece uma pena para o autor de quem adquira, possua, utilize, converta ou transmita bens, com o conhecimento que esses tem sua origem numa atividade criminosa, cometida por ele ou por uma terceira pessoa, ou realize qualquer outro ato para ocultar ou encobrir sua origem ilícita, ou para ajudar à pessoa que haja participado na infração ou infrações a eludir as consequências legais de seus atos.

Além disso Espanha possui uma normativa administrativa de prevenção AMT/CFT, que tem como base a Lei 10/2010, de 28 de abril,¹ que parece ser muito semelhante à legislação de Portugal² nesta matéria, o que não é raro porque a fonte de ambas está na EU.

O artigo 368º A do CP português, DL n.º 48/95 de 15 de Março, tipifica o crime de branqueamento de capitais neste país punindo a quem converter, transferir, auxiliar ou facilitar alguma operação de conversão ou transferência de vantagens, obtidas por si ou por terceiro, direta ou indiretamente, com o fim de dissimular a sua origem ilícita, ou de evitar que o autor ou participante dessas infrações seja criminalmente perseguido ou submetido a uma reação criminal e a quem ocultar ou dissimular a verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou titularidade das vantagens, ou os direitos a ela relativos. O próprio CP português considera como vantagens os bens provenientes da prática, sob qualquer forma de participação, dos fatos ilícitos típicos de um catálogo de crimes que o próprio artigo relaciona, assim como os bens que com eles se obtenham, quer

¹ No sítio da Unidade de Inteligência Financeira (FIU espanhola) pode consultar-se essa legislação (SEPBLAC, 2013).

² No sítio do Banco de Portugal que atua como FIU portuguesa pode consultar-se essa legislação (**Banco de Portugal, 2009**).



seja no território português quer seja fora deste território (Viegas Aleixo de Matos, 2011, p. 12).

b. Processo

É quase unânime a opinião que caracteriza a atividade de branqueamento de capitais como um processo (Blanco Cordero, 1997, p. 6; Braguês, 2009, p. 8; Ferreira Lima Letras, 2008, p. 16), e por isso nós cremos que este processo deveria sempre ser parte de um hipotético modelo abrangente do subsistema de branqueamento de capitais dentro do sistema geral do crime organizado. Verificou-se que o referido processo consta das três fases fundamentais a seguintes: posicionamento, diversificação e integração.

Tabela 5.- Resumo das características das etapas do processo de branqueamento de capitais

Fonte: Elaboração própria

Etapas de Posicionamento	Etapas de laminação ou diversificação	Etapas de Integração
Numerário adicionado a contas bancárias, por vezes com a cumplicidade de funcionários, ou a mistura dos fundos ilícitos com outros provenientes de negócios legítimos.	Transferências para o exterior, muitas vezes usando empresas de fachada ou de fundos aparentemente procedentes de empresas legítimas.	Para justificar faturas ou pagamentos falsos ou notas falsas simuladas utilizadas como dívidas de cobertura do branqueamento de capitais.
As exportações de dinheiro.	Numerário depositado no sistema bancário em países com jurisdições com um fraco controlo.	Um conjunto completo de transferências, tanto nacionais quanto internacionais. O que faz o rastreamento do origem dos bens o do dinheiro uma missão quase impossível.
Numerário usado para comprar ativos de alto valor, propriedades e interesses comerciais.	Revenda dos bens ou ações.	Produto da venda de bens ou empresas legítimas cujos lucros aparecem como “limpos”.

c. Tipologia de técnicas

O Grupo de Trabalho de Ação Financeira (FATF) realiza uma reunião anual numa capital do mundo para trocar conhecimentos sobre tipologias e técnicas de branqueamento de capitais entre as Unidades de Investigação Financeira das Autoridades competentes a nível nacional em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (FAFT, 2014). A metodologia de análise utilizada nesses relatórios são os estudos de casos reportados pelos países membros. O Grupo Egmont (Egmont Group, 2014) e o Comité de Especialistas em Medidas Anti-branqueamento de Capitais e financiamento do terrorismo (MONEYVAL, 2014) do Conselho de Europa também



publicam relatórios anuais e monografias sobre tipologias, estudo e análise de casos investigados no âmbito da AML/CFT.

Da análise dos relatórios destas organizações podem-se citar as tipologias seguintes:

– Sistema financeiro

As instituições financeiras, em geral, e os bancos, em particular, são muito vulneráveis, como é obvio, face ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Para qualquer organização criminosa, seja da natureza que seja, poder utilizar, direta ou indiretamente, um banco para os seus fins é um sonho tornado realidade.

Braguês cita as tipologias seguintes (2009, pp. 21-33): transações em numerário, depósitos, transferências, outras transações comerciais, operações com recurso a crédito (empréstimos com garantia), operações relacionadas com a atividades deslocalizadas ou “*offshore*” em paraísos fiscais, operações no sector segurador e outras atividades económicas.

Normalmente, os esquemas de branqueamento tentam estruturar ou dividir as operações fazendo muitas microoperações bancárias que no fim do processo tem um destino único, as contas legais duma organização criminosa.

O uso de nomes ou documentação falsos na abertura de contas bancárias, ou a existência de “pessoas de palha” (testas-de-ferro) que agem em nome de outros beneficiários falsos e o uso de empresas de fachada para encobrir a organização criminosa também é muito habitual, quer seja para transferir fundos quer para receber o capital após o branqueamento.

As transferências bancárias via telégrafo (SWIFT ou outra rede de segurança) também são amplamente utilizados em todas as fases do processo de branqueamento.

– Sistema não financeiro

Fora do sistema financeiro encontramos muitas atividades que movem grandes cifras de divisas com um controlo menor que naquele. Como exemplo de esses negócios, atividades ou profissões de risco temos: as agências de câmbios para troca de moeda, os sistemas de transmissão de dinheiro sem usar o sistema financeiro, o contrabando físico de dinheiro, o uso de internet para os negócios (e-dinheiro, cartões porta-moedas, e-gold, transferências, casinos on-line, jogo on-line, apostas desportivas on-line, negócios on-line),



os negócios de importação-importação, o sector imobiliário, o sector dos seguros, a compra venda de ouro, o negócio do tabaco ou carburantes, o futebol, os negócios e atividades ligadas ao jogo (casinos, hipódromos) a banca paralela ou clandestina.

De todas as tipologias apenas vamos a fazer uma referência à banca paralela ou sistema bancário informal (IFTS). Todos estes sistemas têm princípios muito semelhantes, mas seus procedimentos, sua origem e apoio étnico é diferente. Todos funcionam como uma banca paralela ou subterrânea, e oferecem mais serviços do que simplesmente a remissão de dinheiro, desde o conselho até inversões, garantidas ou não, em negócios quer legais quer não.

d. Princípios

Na luta contra as ameaças à Segurança dos Estados, é vital o estudo da maneira de pensar, planificar e atuar dos possíveis membros das organizações criminais que se dedicam ao branqueamento de capitais. Por isso, com um desejo de sistematização e, possivelmente, a partir de uma perspetiva criminológica pode dizer-se que essas pessoas atuam, geralmente, de acordo com os seguintes doze princípios:

- Simplicidade. As operações simples são melhores do que as complicadas.
- Intervenção mínima. Quanto menor é o número de pessoas envolvidas numa transação de branqueamento de capitais mais alto é o nível de segurança do processo.
- Rapidez. Quanto maior for a velocidade de converter os produtos do crime, ou de poder imediatamente esconder bens e dinheiro das atividades ilícitas menos probabilidades haverá de os detetar, investigar e neutralizar.
- Movimento. Quantos mais movimentos são feitos com dinheiro ou bens provenientes de atividades ilícitas menos probabilidades há de os detetar, de os investigar e de os neutralizar.
- Conversão. A conversão de dinheiro e ativos noutros títulos, bens ou divisas diferentes dos gerados diretamente pelas atividades ilegais, torna mais difícil de detetar as operações de branqueamento de capitais.



- Altura. Quanto maior seja o nível das operações e quanto maior seja o nível social dos branqueadores e transgressores menores são as probabilidades e oportunidades de detetar e, neste caso, de neutralizar esses comportamentos.
- Aparência. Quanto maior for o nível de aparência de legalidade dos fundos apresentados e utilizados pelos criminosos mais facilmente eles poderão prosseguir com a introdução na economia legal, do fluxo de capital procedente de fontes ilegais.
- Dúvida razoável. Quanto maior é o grau de confusão que pode transmitir-se às pessoas que estão no sistema financeiro, ao Tesouro, e à polícia e aos sistemas judiciais sobre os objetivos de ocultação dos branqueadores, da origem do dinheiro mais difícil é ser detetado ou sancionado.
- Presunção de legalidade. As pessoas singulares e coletivas que exerçam atividades legais, podem ser utilizados por terceiros para as atividades de branqueamento, estabelecendo assim uma presunção de legalidade das suas atividades e negócios.
- Benefício. Os branqueadores oferecem às empresas e atividades lícitas que utilizam para se infiltrar no sistema económico legal umas margens de lucro mais elevadas do que as usuais pelos clientes completamente legais.
- Costume. O que é habitual numa determinada atividade, indústria, cidade, região ou nação, na mente dos funcionários de controlo, faz passar a ideia de que não pode ser contrária às normas e diretrizes emanadas convenções e acordos internacionais sobre AML/CFT, ou constituir uma violação das políticas de prevenção nesta área.
- Reversão. A maioria do capital do negócio ilegal, que gera lucros que precisam ser branqueados, reverte para as pessoas que o executaram.

Estos princípios, como parte do conhecimento sobre o adversário e a sua maneira de agir, devem facilitar o desenvolvimento duma estratégia AML/CFT.

e. Relações sistémicas entre o crime organizado e o branqueamento de capitais

O título do trabalho de investigação do Maj. GNR Lima Letras (2008, p. 1) diz tudo sobre estas relações, ao considerar o “branqueamento de capitais como o coração do crime organizado”. Isso é assim porque esta atividade fulcral e o consequente lucro, serve de motivação vital aos criminosos para entrar nos negócios ilícitos e para permanecer neles.



Os integrantes do crime organizado só podem obter um bom aproveitamento, se os fundos gerados puderem ser utilizados sem que a sua verdadeira origem seja conhecida. O branqueamento de capitais é a continuação essencial das atividades criminosas descritas acima, mas a mais importante, uma vez que uma parte substancial dos fundos pode ser reinvestida em tais atividades perpetuando esse círculo vicioso. Além disso, as atividades criminais continuam a expandir-se por que os fundos são reinvestidos nas empresas. Por isso, Lilley (2006, p. xiii) afirma que o BC é a ferramenta fundamental que permite isso acontecer.

A designação do BC como um órgão vital, o coração, do crime organizado pode ser usada para construir uma fundamentação teórica de essa relação desde uma visão teórica e dedutiva. A Teoria Geral de Sistemas (TGS) foi utilizada pela primeira vez pelo biólogo Von Bertalanffy (1976, p. 5) para conceituar os organismos vivos como um sistema aberto, em constante troca com outros sistemas circundantes através de complexo sistema de interações. O Coronel John Warden da Força Aérea dos EUA aplicou a teoria de sistemas à análise da guerra (1995, p. 46), na crença que os Estados-nação atuam como organismos biológicos compostos de sistemas discretos. O resultado dessa análise foi o “Modelo dos Cinco Anéis” (MCA).

Através da aplicação do modelo MCA à luta contra o tráfico internacional de drogas é possível analisar a estrutura organizacional do cartel de Cali e identificar novos pontos críticos onde o atacar.

Neste sentido Kellens já havia dito anteriormente (1989, p. 282), que a criminalidade organizada tem subestruturas internas ou externas destinadas a redirecionar à legalidade o lucro obtido ilicitamente.

A organização do Cartel de Cali tem a sua base de operações na Colômbia com as suas ligações localizadas ao redor do mundo. A DEA identificou a estrutura organizacional básica desse Cartel com a sua liderança, e com a sua ligação direta aos dois conselheiros vitais o financeiro e o logístico. Os chefes de célula são territorialmente responsáveis pelas vendas, envio e gerência da região.



Figura 1.- Estrutura básica do Cartel de Cali

Fonte: (DEA, 1996)

Com esta estrutura organizacional do Cartel, Sample aplicou-lhe o MCA de Warden (Sample, 1998, p. 20).

Tabela 6.- Modelo dos Cinco Anéis aplicado ao Cartel de Cali

Fonte: (Sample, 1998, p. 21)

Pais	Liderança	Órgãos essenciais	Infraestrutura	População	Forças operacionais
Colômbia	Principais Assessores financeiros	Transformação Fontes de coca	Terrestre Aérea Marítima	Camponeses Distribuidores Processadores	Soldados das ruas
EUA	Chefes de célula Contabilista	Manipuladores de cocaína Manipuladores de dinheiro	Armazém Motor da associação	Casa de segurança	Outros soldados

O procedimento operacional, como qualquer outro negócio, criminoso ou não, busca a maximização de benefícios. Para ter lucro devem produzir cocaína, transportá-la e vendê-la nos EUA ou, no nosso caso, na Europa. No modelo sistémico básico dessa operação de Sample para a venda e o transporte é vital o fluxo de comunicações via telemóvel ou internet, mas depois da venda o dinheiro em numerário tem que retornar à Colômbia, antes ou depois de ser branqueado.

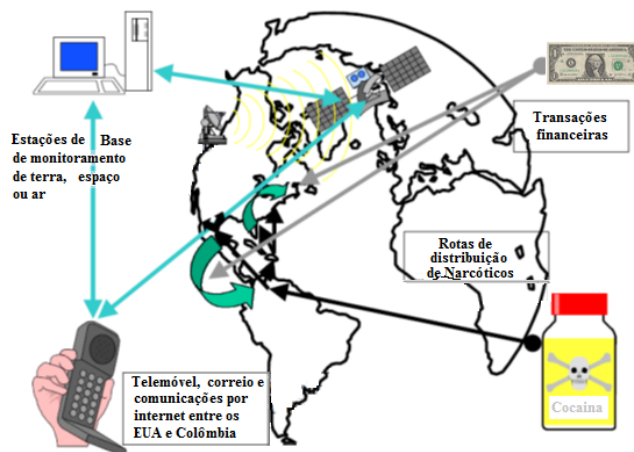


Figura 2.- Modelo sistêmico das operações do Cartel de Cali

Fonte: (Sample, 1998, p. 22).

Sample desenhou uma estratégia de luta contra o Cartel de Cali, no âmbito da “Guerra contra a Droga” baseada no controlo das comunicações, mas tendo como centro de gravidade no sentido clausewitziano do termo as transferências de dinheiro, a seiva do sistema completo, e como ponto decisivo a distribuição da cocaína.

Além disso como medidas complementares de controlo das comunicações entre os membros do Cartel apontou para duas: a primeira, a vigilância das transferências eletrónicas de fundos entre EUA e Colômbia; e a segunda, a infiltração de agentes encobertos do governo dos EUA nos sistemas financeiros dos paraísos fiscais.

À vista do modelo sistêmico básico duma organização criminosa, podemos perguntar: **QD2**: Se for possível descer a vulnerabilidade do sistema económico ao branqueamento de bens procedentes do crime organizado, as pessoas criminosas terão a mesma motivação para estabelecer ligações com o objetivo de delinquir? A nossa hipótese (H2) é que sem a possibilidade de branquear os lucros das atividades criminais não teríamos crime organizado.

O juiz italiano Falcone disse que “a política criminal correta contra o crime organizado é a destruição do poder económico dessas organizações, que na sua opinião deveria ser, nomeadamente, através da cooperação internacional eficaz e eficiente” (1992, p. 398). Colocar em prática esta estratégia custou-lhe a vida num atentado organizado e executado pela *Cosa Nostra* siciliana.

Sem o objetivo de rentabilizar o benefício ilícito, o crime organizado não teria razão, porque sua principal motivação é a busca do lucro (Cuesta Sahuquillo, 2012, p. 41). O



crime organizado gera e ativa o branqueamento de capitais que contribui para enfraquecer o Estado, impedir o crescimento económico e minar a democracia (Gobierno de España, 2013).

f. Estudo de casos

Nós vamos, então, apresentar dois casos reais, e para tal, serão utilizadas só fontes oficiais dos governos dos EUA e de Espanha.

O primeiro apresentado, é a operação “*Polar Cap*”, que foi levada a cabo durante os anos oitenta e noventa na América, e trata-se duma tentativa de se infiltrar no sistema financeiro dos Estados Unidos por parte de um cartel da cocaína colombiana, com um sistema de branqueamento baseado numa complexa rede de transações financeiras através de paraísos fiscais. Este caso transpõe para a realidade o modelo teórico sistémico apresentado e confirma as relações entre o crime organizado, neste caso narcotráfico do Cartel de Medellín, e o branqueamento de capitais, neste caso com um sofisticado método de infiltração no sistema bancário com intensas relações com os paraísos fiscais do Caribe. A necessidade do Cartel de Medellín de conseguir branquear imensas quantidades de numerário procedente da venda da cocaína nos EUA é um dos seus centros de gravidade que faz a organização vulnerável.

A seguir, será apresentada a operação “*Solarium -120*“, que foi desenvolvida em 1998 pela Guarda Civil, simultaneamente em Melilla no norte da África e na península ibérica, onde uma organização de tráfico de haxixe usava o sistema informal de transferência de dinheiro, conhecido como “*hawala*” em árabe, e um sofisticado método de conversão fraudulenta de divisas. Neste caso apresenta-se o procedimento operativo das organizações criminosas do norte de África dedicadas ao tráfico de haxixe e a sua necessidade de converter as divisas procedentes de Reino Unido e do norte de Europa em pesetas ou dirhams marroquinos. Depois a entrada em vigor do euro tem diminuído muito esta vulnerabilidade destas organizações, mas as relações entre a economia legal do norte de África, o tráfico de haxixe, e as comunidades de imigrantes norte-africanos no centro e no norte de Europa ficam a descoberto. No curso da operação a organização criminosa conseguiu diversificar o seu negócio acrescentando às suas atividades o tráfico de seres humanos entre África e Espanha.



Em conclusão, com base no modelo teórico e as principais lições aprendidas dos casos reais apresentados, são confirmadas as duas hipóteses H1 e H2 que dão respostas as Questões Derivadas QD1 e QD2.

O BC acontece após a ocorrência de quase todos os tipos de crimes em que há um lucro económico. Este processo gera benefícios significativos, principalmente em dinheiro, a ser “lavado” para, então, ser reinvestidos. Isso significa uma série de transações financeiras complicadas (depósitos estruturados, transferências internacionais, cheques bancários,...), com o resultado final de dinheiro “lavado” e pode ser usado em negócios legais. Essas atividades são um constituinte essencial para todos os elementos e todas as organizações criminosas envolvidas em tráfico de drogas, no terrorismo, no tráfico de armas, ou quaisquer outras atividades de carácter semelhante. Sem a capacidade para lavar grandes quantidades de dinheiro obtidas diretamente das suas ações, a atividade criminosa em larga escala só poderia operar numa fração do seu nível atual e com muito menos flexibilidade do que agora possível (Smith, 2001). Para infratores individuais, sem a capacidade de desfrutar da propriedade obtida com os resultados de seus atos ilícitos, o crime não teria nenhum incentivo.

No entanto, nem todo o capital gerado por uma atividade criminosa sistematicamente desenvolvida pode ou deveria ser, do ponto de vista criminal, o dinheiro. É muito do que pode ser utilizado, consumido ou diretamente desperdiçado por quem o produziu. E, isso, é, o mais importante. Além disso, uma outra parcela significativa pode ser reintroduzida na ordem ilegal, para financiar direta ou indiretamente as atividades criminosas, levadas a cabo pela organização que produziu circuito. Neste último caso, o objetivo central da organização criminosa é mantido dentro dos lucros ilegais de circuitos realizados no ciclo anterior e desfeita em desenvolvimento, tentando, assim, neutralizar ainda mais o risco de deteção pelas autoridades ou preventivas ou repressivos. Apenas a parte que precisa ser reinserida na economia legal esconder seus rendimentos criminosos é lavado.



3. Financiamento do terrorismo

As necessidades de FT podem-se dividir em duas áreas gerais: uma, o financiamento de operações terroristas específicas, tais como os custos diretos associados às ações correspondentes e, outra, os custos organizacionais mais amplos para desenvolver e manter uma infraestrutura de suporte organizacional à causa terrorista e promover a ideologia da mesma organização (FATF, 2008, p. 7).

Enquanto o custo real de um ataque terrorista pode ser apenas de milhares de dólares, o desenvolvimento e manutenção de uma rede ou uma organização terrorista exigem milhões de dólares (Realuyo, 2010, p. 211).

Tabela 7.- Custos diretos da organização e execução das principais ações terroristas

Fonte: elaboração própria com as fontes citadas

Ação terrorista	Data	Custo estimado	Fonte
Embaixada Americana (Quênia)	07/08/1999	50000 USD	UN Monitoring
Torres Gêmeas (Nova Iorque), Pentágono (EUA)	11/09/2001	400000– 500000USD	(Realuyo, 2010, p. 214; Myles, 2003, p. 191; NCTAUS, 2004)
Ataque ao USS Cole (Áden)	12/10/2000	10000 USD	(UNSC, 2004, pp. 12-15)
Lugares de ócio (Bali)	12/10/2002	50000 USD	
Marriot Hotel (Jakarta)	05/08/2003	30000 USD	
Carros bomba (Istambul)	15/11/2003	40000 USD	
Comboios do transporte (Madrid)	11/03/2004	50000 €	(UNODC, 2010, p. 36)
Sistema de transporte (Londres)	07/07/2005	8000 GBP	(United Kingdom Home Office , 2006, p. 23)

As organizações terroristas envolvidas numa campanha de atentados têm uma necessidade constante de fundos para apoiar a estrutura permanente da organização e as suas atividades em territórios que controlados por eles ou onde cometem atentados ou outro tipo de ações:

- Formação, viagens e logística dos terroristas individuais. As viagens para receber treino ou outras formas de doutrina antes da fase operacional de um atentado ou complô e a logística prévia.
- Salários e subsídios. Os agentes individuais precisam para cobrir as despesas do dia-a-dia e, talvez, também aos dos seus dependentes.
- Fundos comuns pelas ações a desenvolver a nível de célula (explosivos, material, comunicação, carros).



a. Definição

O Banco Mundial (WB) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) definem o financiamento do terrorismo, de forma ampla, como o apoio financeiro, de qualquer maneira, ao terrorismo ou para aqueles que ajudam a seu planeamento, incentivo ou prática.

Em 1999, a Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo, estipulava no seu artigo segundo que comete uma infração quem, por quaisquer meios, direta ou indiretamente, ilegal e deliberadamente, fornecer ou reunir fundos com a intenção de serem utilizados ou sabendo que serão utilizados, total ou parcialmente, tendo em vista a prática: a) De um ato que constitua uma infração compreendida no âmbito de um dos tratados enumerados no anexo e tal como aí definida; ou b) De qualquer outro ato destinado a causar a morte ou ferimentos corporais graves num civil ou em qualquer pessoa que não participe diretamente nas hostilidades num a situação de conflito armado, sempre que o objetivo desse ato, devido à sua natureza ou contexto, vise intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato.

Pouco mais de duas semanas depois dos atentados contra as Torres Gêmeas, o UNSC aprovou a Resolução 1373 de 28 de setembro de 2001 e, praticamente a totalidade dos autores que tratam o tema citam-na (Bantekas, 2003, p. 333), o que mostra a sua importância. Podemos afirmar que a comunidade internacional colocou a estratégia contra o financiamento no centro da luta contra o terrorismo. Esta Resolução assinalou a necessidade de prever e reprimir o financiamento do terrorismo, a sua tipificação como crime, congelamento completo dos fundos e ativos relacionados com o terrorismo e se adotem medidas contra as pessoas e instituições que participem na grelha de financiamento.

Em outubro do mesmo ano, o *Financial Action Task Force (FATF)*,³ expandiu o seu mandato para além do branqueamento de capitais para incluir o financiamento do terrorismo com objetivo de combater esse fenómeno e emitiu um conjunto de quarenta

³ As Recomendações completas e atualizadas encontram-se em português no sítio web do FATF para América do Sul e no sítio do Banco de Portugal (Banco de Portugal, 2014 b).



recomendações especiais sobre o FT⁴ para completar as normas existentes destinadas a combater o BC.

Por sua vez, o FT é definido na Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de BC e de FT, entende que este último conceito consiste em “o fornecimento ou a recolha de fundos, por qualquer meio, direta ou indiretamente, com a intenção de os utilizar, ou com conhecimento de que serão utilizados, no todo ou em parte, para praticar uma das infrações previstas nos artigos 1a a 4 da Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo”, já referida neste trabalho.

O crime de FT foi introduzido no CPE pela Lei Orgânica 5/2010, de 22 de junho, que modificou o seu artigo 576 bis para punir com uma pena a:

- Quem, por qualquer meio, direta ou indiretamente, forneça ou reúna fundos com a intenção de serem usados, ou sabendo que serão utilizados, no todo ou em parte, para cometer qualquer das infrações previstas no Capítulo dedicado aos crimes de terrorismo ou para transmitir a uma organização ou grupo terrorista.
- Quem, sendo especificamente obrigado pela lei a colaborar com a autoridade na prevenção de atividades de financiamento do terrorismo, dá lugar, por negligência grave no cumprimento dessas obrigações, a que não sejam detetadas ou impedidas qualquer das condutas descritas no parágrafo anterior.

O artigo 5.º-A da Lei nº 25/2008, de 5 de Junho, castiga por financiamento do terrorismo a “quem, por quaisquer meios, direta ou indiretamente, fornecer, recolher ou detiver fundos ou bens de qualquer tipo, bem como produtos ou direitos suscetíveis de ser transformados em fundos, com a intenção de serem utilizados ou sabendo que podem ser utilizados, total ou parcialmente, no planeamento, na preparação ou para a prática dos fatos previstos na própria, não sendo necessário que os fundos provenham de terceiros, nem que tenham sido entregues a quem se destinam, ou que tenham sido efetivamente utilizados para cometer os fatos nele previstos”.

⁴ Essas Recomendações adicionais que estabelecem os princípios básicos para detetar, prevenir e eliminar o financiamento do terrorismo e dos atos terroristas podem-se consultar no sítio da Polícia Judiciária de Portugal (Policia Judiciaria de Portugal, 2001).



b. Tipologia de fontes de financiamento

Numa tentativa de classificar as fontes de financiamento do terrorismo temos que diferenciar, em primeiro lugar, entre financiamento público por parte de Estados ou Organizações Internacionais ou financiamento privado, e dentro de este último, Shelly estabelece a diferença (2005, p. 1), entre fontes legais nas quais os recursos são obtidos dentro da legalidade e fontes ilegais que estão baseadas no crime.

– Estados patrocinadores do terrorismo

Em 1996, o Secretário de Estado dos EUA designou sete países como Estados patrocinadores do terrorismo: Cuba, Irão, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Sudão e Síria. Doze anos depois, um relatório elaborado pelo governo da Índia diz que eles têm que fazer face a este problema desde a independência do Paquistão (SARC, 2008, p. 76), acrescentando-o à lista dos países financiadores do terrorismo com Irão, Iraque, Sudão, Líbia, Coreia do Norte, mas não incluindo nela a Cuba e a Síria.

Não podemos esquecer que a intervenção dos EUA e a OTAN no Afeganistão teve como causa principal o apoio logístico e também financeiro que o governo Taliban prestava a organização terrorista Al-qaeda e a seu líder Osama Ben Laden. Também houve acusações no caso de Iraque, mas não foram muito consistentes.

Na última avaliação do USDS de 2011 seguiam na lista Cuba Irão, Sudão e Síria. A Coreia do Norte deixou de ser designado como Estado patrocinador no dia 11 de outubro de 2008. Os regimes de Saddam Hussein e Mohammad Kadhafi foram neutralizados pelas Forças Armadas dos EUA e dos países da OTAN.

Contudo cremos necessário propor um novo conceito dentro do complexo mecanismo de interações entre o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo que explique como os Estados utilizam emaranhados de empresas, instituições e organizações, de qualquer tipo, para ocultar a sua participação. Este papel é representado pelas “organizações mecenas” que podem ser definidas como estruturas, fictícias ou reais, criadas por Estados ou por pessoas com capacidade de decisão executiva nesses Estados para canalizar os fundos e a ajuda logística a elementos ou organizações que utilizam o terrorismo, acima definido, para a consecução de seus fins últimos.

– Financiamento privado da origem ilícita



As fontes de financiamento ilegal vêm de uma grande variedade de ações criminosas, como o contrabando, a quase todos os tipos de fraude, tráfico de drogas, sequestro, roubo, extorsão, pequenos crimes, roubo de identidade, lavagem de dinheiro e contrabando de dinheiro.

Tráfico de drogas. A ligação entre a manutenção económica do terrorismo e o tráfico de drogas manteve-se evidente no início dos anos oitenta do século passado na América do Sul e pode mesmo dizer-se que tem aumentado recentemente, após a queda dos Talibãs no Afeganistão (Shelly, 2005, p. 2), pois muitos deles reagruparam-se no Paquistão onde ressurgiu, com força o cultivo de ópio.

Tráfico de seres humanos. O contrabando de pessoas, não só se usa para transportar os terroristas, como também para financiar as suas atividades o tráfico de pessoas converteu-se, possivelmente, na terceira atividade ilícita mais importante do mundo, depois das drogas e o tráfico de armas.

Sequestro. A privação da liberdade das pessoas com recursos económicos, ou de seus familiares, para pedir um resgate económico pelas suas vidas é um dos recursos que ajuda o financiamento do terrorismo. São inúmeras as organizações terroristas que na América do Sul, Ásia e mais recentemente, em África têm realizado sequestros de cidadãos estrangeiros, principalmente ocidentais e trabalhadores de empresas multinacionais e, depois, têm solicitado e, algumas vezes, cobradas grandes somas de dinheiro pelos resgates.

Contrabando de tabaco. A diferença entre o preço real do tabaco, antes e depois dos impostos indiretos, é uma grande motivação para fazer contrabando entre fronteiras de esta mercadoria. Por isso, as organizações terroristas não têm dúvidas de usar esta atividade criminosa para financiar a sua estrutura e as suas ações.

Contrabando de diamantes. Este tipo de mercadorias, de elevado valor económico, são também atrativas para os terroristas (FAFT, Egmont Group, 2013). O seu pequeno tamanho é um fator de suma importância para atravessar as fronteiras sem ser detetados. No fim do século passado, desenvolveu-se um comércio internacional de troca de diamantes por armas entre África e Europa, com o Médio Oriente e Rússia (Shelly, 2005, p. 2).



Roubos. Para que seja um meio eficaz de financiamento, os delitos devem buscar objetivos muito rentáveis tais como bancos, furgões blindados ou casinos.

Crimes de falsificação e de alta tecnologia. Outras fontes de financiamento das células e organizações terroristas são as falsificações e os crimes contra a propriedade intelectual (CD,s; roupas de marca) junto de outras fraudes de tipo tecnológico relacionadas com as comunicações (telemóveis, cartões).

– Financiamento privado da origem lícita

Tal como para o financiamento público, no privado temos múltiplas fontes de financiamento que vai desde a simples doação de uma ou várias pessoas até aos rendimentos dos negócios legais encobertos da organização passando por diversos tipos de organizações mecenas.

Pessoas e organizações privadas doadoras. Podem fazer-se solicitações de porta-a-porta, doações pessoais mais ou menos voluntárias e petições da organização às pessoas mais ricas da comunidade. Por vezes estas doações são feitas através de organizações mecenas que desde o interior da rede que suporta o terrorismo ou desde o exterior financiam, total ou parcialmente, as ações terroristas. Por exemplo, as organizações montam partidos políticos ou fundações benéficas, desportivas, culturais ou de outra classe para obter financiamento com aparência de legalidade. Também podem utilizar-se os negócios legais para a transferência indireta de fundos. Por vezes, esses doadores são imigrantes que pertencem a uma determinada comunidade nacional, étnica a racial radicada em vários países (Schmid, 2005, p. 3). Consulte o caso de estudo nº4

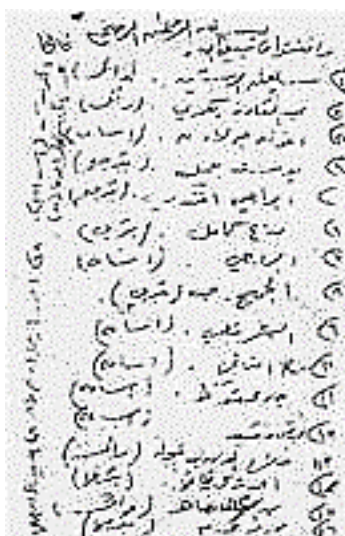


Figura 3.- Lista dos vinte principais doadores de Al-qaeda (Golden Chain)

Fonte: (Global Jihad, 2011)



Instituições de caridade. Depois do 11-S verificou-se claramente que algumas organizações de caridade e solidariedade muçulmanas tinham sido utilizadas para o financiamento global do terrorismo jihadista (Shelly, 2005, p. 3). As redes de Mesquitas são um importante veículo através do qual organizações e países muçulmanos, estados patrocinadores, grupos armados jihadistas e seus patrocinadores se podem ligar uns com outros e fazer negócios entre eles (Napoleoni, 2005, p. 22). O problema é que as doações a ONG,s e instituições de caridade são perfeitamente legais em qualquer país, e só depois da ação terrorista pode estabelecer-se a relação entre os três elementos (Schneider & Caruso, 2011, p. 6). Por esse motivo são muito importantes as iniciativas dos organismos internacionais para que os Estados penalizem o financiamento do terrorismo como crime independente.

Negócios legais. As organizações terroristas têm estabelecido negócios legítimos e legais para o financiamento das suas atividades (Dalyan, 2008, p. 140), que servem quer para cobrir as suas atividades ilegais quer para dar trabalho a seus próprios membros (Schneider & Caruso, 2011, p. 7). A existência de negócios legais como fonte de financiamento das organizações terroristas é uma evidência das estruturas comuns com o branqueamento de capitais, porque tem que haver um ponto em comum entre ambos processos. Os negócios mais idôneos para as organizações terroristas são todos aqueles que proporcionam oportunidades significativas para manipular custos e os preços para dissimular a origem dos fundos. Assim, podem citar-se como vulneráveis os negócios bancários e, em geral, financeiros, os de importação e exportação, as empresas construtoras, os restaurantes e, em menor escala, os táxis e as agências de viagens, e finalmente, os negócios agrícolas ou ganadeiros.

Sendo que os grupos terroristas, independentemente da sua matriz e natureza, laica ou religiosa, socorrem-se de todas estas tipologias de financiamento para alcançar os seus intentos e compensações. (Ferreira Lima Letras, 2008).

c. Técnicas de movimentos de fundos

A maioria das organizações terroristas obtém os seus recursos financeiros duma maneira clandestina ou semiclandestina, mas em todo caso têm que mover o dinheiro e os bens desde as organizações mecenas ou diretamente desde as fontes para a cabeça da direção terrorista, ou para o seu órgão de logística e financiamento se for muito sofisticada,



e desde aqui fazer a distribuição às células terroristas ou aos terroristas individuais. Essas manobras constituem uns dos passos mais vulneráveis para à organização terrorista, quer para ser detetados e identificados, quer para ser detidos. A pergunta chave é, então, como conseguem os terroristas e as organizações terroristas movimentar o seu capital e bens? (Realuyo, 2010, p. 211). É óbvio que as organizações terroristas não usam um sistema sozinho, ao contrário utilizam um variado conjunto de meios e métodos para conseguir movimentar seus fundos, e de esta maneira para poder realizar as suas atividades criminosas.

Tentaremos, a seguir, fazer um aprofundamento nesses meios e métodos, identificando-os e caracterizando-os. Em geral, os terroristas movimentam o seu capital de cinco maneiras principais:

- Instituições financeiras. A primeira é através do setor financeiro formal, que inclui instituições financeiras e outros prestadores de serviços financeiros regulamentados (FATF, 2008, p. 21).
- *Cash couriers* ou sistemas formais não financeiros de envios de dinheiro. (*Moneygram, Western Union, ...*). Esses métodos têm sido objeto de regulação recente, quer a nível internacional quer a nível nacional.
- Sistemas de transferência Informais de Fundos (IFTS). As organizações terroristas usam um tipo de sistema alternativo de remessa de dinheiro, ou sistema bancário informal, para mover os seus fluxos de capitais devido ao líquido do sistema e a sua natureza não transparente (FATF, 2008, p. 23; Realuyo, 2010, p. 214; Dalyan, 2008).
- Movimento físico do dinheiro. A utilização de correios em dinheiro equivale ao movimento físico de dinheiro, dentro de um país ou além-fronteiras. Este método é muito mais difícil de detetar e rastrear que as transferências através do sistema financeiro, tornando-se uma opção atraente para terroristas (FATF, 2008, p. 23). Também pode haver movimentos significativos de dinheiro em áreas onde há poucos controlos nas fronteiras e onde a corrupção de serviços aduaneiros e polícia é maior.



- Movimento físico de bens. A troca de mercadorias (ouro, diamantes,...) pode ter benefícios similares ao dinheiro ou numerário para os terroristas (Passas & Maimbo, 2008, p. 176).
- Organizações de caridade, culturais ou ONGs. As organizações terroristas ou outros atores podem utilizar as instituições de caridade, culturais e organizações não-governamentais (ONGs) para levantar e mover os seus ativos de natureza não transparente (Realuyo, 2010, p. 215), devido ao grande nível de numerário que aquelas movimentam, geralmente, para fins muito diferentes aos terroristas.
- Negócios legais. Possíveis transferências indiretas de fundos aos terroristas das autoridades locais sob a égide de negócio legítimo, os eventos culturais indiretamente organizados por grupos terroristas, os investimentos em ações, ou em imóveis, ou a venda de publicações, também podem ser exemplos do uso de este tipo de negócios para o financiamento do terrorismo.
- Internet. Os meios tecnológicos, como Internet ou as comunicações móveis, utilizam-se para fazer transferências de dinheiro. Também é possível fazer a gestão de contas através de internet com um sistema de chaves e uma linha segura.
- Casinos. Este tipo de locais de jogo também são usados para mudar o dinheiro e dar-lhe um ar de legalidade aparente aos fundos que se pretende doar a uma organização terrorista. As possíveis perdas do intermediário ou correio no casino apenas supõem uma mínima parte do custo do branqueamento ou, nalguns casos, do ocultamento da verdadeira origem do dinheiro que os terroristas obtêm.

d. Relações sistémicas entre o financiamento do terrorismo e o terrorismo

O Presidente dos EUA treze dias depois do 11 de setembro afirmou publicamente que “o dinheiro é a força vital de operações terroristas” (Bush, 2001), motivo pelo qual pedia ao resto de mundo que parassem o financiamento de esse tipo de organizações.

Os grupos terroristas, de guerrilha ou mesmo de crime organizado têm naturalmente capacidades financeiras e materiais mais limitadas do que os Estados, sendo pouco viável optarem por uma confrontação direta e igualitária (Carrapiço, 2006, p. 20). Por esta razão, “as novas guerras vão buscar as técnicas à guerra subversiva e travam-se normalmente no plano militar sob a forma de guerrilhas ou de ações de terror” (Proença Garcia & Saraiva, 2004, p. 105) .

Para responder, desde um ponto de vista teórico, à questão sobre quais são as relações, entre o financiamento do terrorismo e a existência de fações terroristas, é necessário encontrar um modelo que represente explique causalmente essas relações.

O primeiro modelo básico, inspirado na estrutura da Frente Popular para a Liberação de Palestina (PFLP), está baseada no conceito do triângulo mágico. Neste modelo um grupo terrorista, como a maioria das outras organizações, depende da interação dinâmica de dinheiro, recursos humanos e os meios de comunicação (Bolz, et al., 1990, p. 50). Para uma organização terrorista, exposição nos media pode gerar tanto dinheiro como pessoas militantes. Os recursos humanos podem gerir dinheiro e cometer atos terroristas para ganhar a atenção dos media. Pela sua parte, o dinheiro financia os custos dos recursos humanos e também serve para ter a atenção dos media. Para ter sucesso, uma organização terrorista deve gerenciar e balancear corretamente os três elementos do triângulo mágico.



Figura 4.- Modelo de Triângulo Mágico duma organização terrorista

Fonte: (Bolz, et al., 1990, p. 51)

A abordagem sistémica de Warden requer que identifiquemos os nossos objetivos políticos, determinemos a forma de induzir ao oponente a aceitar esses objetivos (custo imposto, paralisia, ou destruição), usemos o modelo dos cinco anéis para identificar as vulnerabilidades críticas do adversário e atacar essas vulnerabilidades em paralelo o mais rápido possível. Chappel tentou adaptar (2002, p. 6) o modelo sistémico dos cinco anéis de Warden para fazer face a uma hipotética e genérica organização terrorista. O resultado está na seguinte tabela.



Tabela 8.- Uma organização terrorista como um sistema de acordo com o modelo dos cinco anéis de Warden

Fonte: (Chappel, 2002, p. 7)

Liderança	Órgãos essenciais	Infraestrutura	População	Forças operacionais
Líderes terroristas Comando e controlo Liderança política Liderança militar Liderança religiosa Estados patrocinadores	Rede financeira /dinheiro Rede logística e fornecimento Ideologia Armas Media e propaganda	Campos de treino Casas de segurança Rede de transporte	Apoios ativos Apoios passivos Resto população	Quadros ativos Célula terrorista

Dado que o financiamento é o fluxo vital das redes terroristas, tal e como foi dito acima, pode deduzir-se com toda a lógica que privando de financiamento os terroristas restringem-se as suas possibilidades operacionais e a sua capacidade de planear e executar ataques mortais.

Por isso apresenta-se agora a **QD4**: se for possível a eliminação de todas as fontes de financiamento do terrorismo, ou de um deles, o fenómeno terrorista ainda poderia existir? e a nossa hipótese H4 diz que sem o financiamento não existiriam organizações terroristas ativas.

Desde o ponto de vista teórico do modelo exposto, a capacidade financeira da organização terrorista é um dos seus órgão vitais, na terminologia da OTAN os seus centros de gravidade (Silvestre dos Santos, 2004, p. 2). Por isso da ponto de vista meramente ideal se conseguíssemos acabar totalmente, ou quase, com esse fluxo de dinheiro, a organização perderia a maior parte da sua força e, paralisa afetaria a sua capacidade operacional.

e. Estudo de casos

A lógica subjacente à interrupção do financiamento do terrorismo é simples. As organizações terroristas variam na sua estrutura, nos seus objetivos e no subsistema de comando, mas todos precisam de dinheiro para operar. Além da observação de que o dinheiro é vital para os terroristas, tendo como alvo os seus fluxos financeiros também é acreditado para ser uma ferramenta eficaz para prevenir o terrorismo internacional.

O planeamento lógico anterior e as conclusões do modelo teórico vão ser confrontadas com uma série de casos reais, quatro em total, que estão expostos no terceiro apêndice



deste trabalho. Os dois primeiros casos podem ser classificados dentro do terrorismo religioso jihadista vinculado à organização em rede denominada Al-qaeda, enquanto os dois seguintes pertencem ao terrorismo que teve que suportar Espanha num passado recente.

O principal motivo para introduzir neste trabalho o caso da Jemaah Islamiyah (JI) (terrorismo yihadista na Indonésia) é porque nesse país os EUA aplicaram uma estratégia contrterrorista completamente diferente à usada no Afeganistão, Iraque, Líbia ou Síria. Neste caso, os programas dos EUA de assistência e formação em contrterrorismo neste país tentavam diretamente capacitar os profissionais da Indonésia nessa matéria para enfrentar a ameaça da JI, especificamente atacando o seu centro de gravidade do financiamento, mas sem esquecer o importante vetor militar representado pelo conhecido Destacamento 88. Esta ação simultânea acabou com a morte do líder da JI e a quase falta de fundos para as suas atividades. A estratégia FTM teve aqui um importante sucesso.

A apresentação do financiamento da Al-qaeda (terrorismo yihadista) não necessita justificação, é óbvio que esta organização terrorista teve na última década um inegável protagonismo internacional, quer no terrorismo quer nos conflitos armados. Neste caso podem observar-se quase todas as metodologias de branqueamento, todas as fontes de financiamento do terrorismo e todos os sistemas de movimentos de fundos acima expostos. A consideração do financiamento como um centro de gravidade da organização em rede explicaria porque Al-queda tenta dominar o centro e o norte do África, e por vezes consegue-o com o apoio ocidental, e como consegue manter aberta a frente da Síria. Os princípios financeiros da Al-queda unem o Afeganistão com o Sudão através de Arabia Saudita e o Golfo, e a intervenção militar no Afeganistão apenas significa para essa organização ter que buscar um novo balanço nesse eixo jogando entre o financiamento, a logística, o recrutamento e as ações terroristas.

A eleição do financiamento da ETA (terrorismo etnonacionalista separatista na Espanha) como caso de estudo vem suportada em dois motivos: o primeiro, a proximidade do fenómeno e o interesse profissional por fazer uma análise desta organização ainda não dissolvida; e o segundo, porque é um bom exemplo de como um agir simultâneo, que ataque os centros de gravidade sistémicos duma organização terrorista, terminam por conduzi-la à paralisia. A ETA era desde os anos oitenta do século passado um conjunto de frentes (militar, político, financeiro, cultural, internacional,...) que não podiam ser



derrotados individualmente, foi preciso coordenar a estratégia contrterrorista espanhola para fazer face duma maneira eficaz a esta perigosa ameaça. Os problemas financeiros da ETA, as medidas de isolamento do braço político com a ilegalização sucessiva das diferentes marcas (Herri Batasuna, Batasuna, ANV, Sortu), as medidas contra a liderança militar, política e financeira e o sucesso na atividade das Forças de Segurança e na cooperação internacional policial conduziram a ETA ao “alto o fogo” vigente, ou seja à sua inatividade forçada.

No fim trataremos sucintamente o financiamento do GRAPO (terrorismo extrema esquerda marxista na Espanha), apenas para confirmar que uma organização terrorista que não consegue suporte popular e não tem uma linha de financiamento desemboca inevitavelmente na marginalização social e o crime para sobreviver com uma capacidade operacional muito reduzida, mas ainda perigosa para as pessoas.



4. Estruturas comuns entre o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo

A esta altura podemos tentar responder à **QD5**: Existiram estruturas financeiras comuns que permitam tanto o branqueamento de capitais provenientes de crime organizado, como o financiamento do terrorismo? Lembraremos aqui que de acordo com a nossa H5 essas estruturas financeiras e não financeiras comuns realmente existem. Em caso de poder confirmar dita hipótese, depois tentaremos identificá-las.

Como pode deduzir-se da sequência lógica deste trabalho e, especificamente da leitura dos capítulos 2 e 3, verifica-se a nossa hipótese (H5) de resposta afirmativa. Dum ponto de vista preventivo, criminalístico e policial, os procedimentos, técnicas e sistemas utilizados no BC e no FT são exatamente iguais. São fluxos descontrolados de capitais e bens que se originam em atividades lícitas ou ilícitas (ambas no financiamento e só a última no branqueamento) e que se aplicam em atividades legais ou ilegais (ambas no branqueamento do capital do crime organizado e só a segunda no caso do terrorismo). É justamente essa falta de controlo, internacional e dos Estados, desses importantes movimentos de dinheiro e bens que ameaça a segurança tanto dos Estados como das pessoas.

Primeiro, vamos a tratar as ligações entre o terrorismo e o crime organizado, como premissa das relações entre o BC e a FT através dessas estruturas identificadas. Depois, por uma razão sistemática vai diferenciar-se entre estruturas financeiras, que serão tratadas no segundo parágrafo deste Capítulo, e não financeiras que exporemos a seguir⁵.

a. Nexos comuns entre o terrorismo e o crime organizado

Algumas características da nova ordem mundial instalado depois da queda do muro de Berlim, têm servido de catalisadores para ambos os fenómenos, o terrorismo e o crime organizado, concretamente a globalização e o conseqüente desregulamento internacional, especificamente no âmbito financeiro. Juntamente, uma maior facilidade para atravessar as fronteiras entre os países, especialmente na Europa mas também em África e nos EUA,

⁵ Para estabelecer a diferença entre umas e outras instituições toma-se como base o disposto na Lei nº 25/2008, de 5 de junho, em Portugal, concretamente para as financeiras seu artigo terceiro e para as não financeiras o quarto.



tem favorecido um enfraquecimento dos Estados que no caso extremos dos falhados se caracteriza, principalmente, pela perda do monopólio da sua força coercitiva, quer pelo crime organizado, quer pelo terrorismo.

Essa crise de governabilidade tem como consequência a falha das instituições de segurança para prestar serviço aos seus próprios cidadãos. Sabe-se que onde a autoridade estatal é fraca, o terrorismo e o crime organizado são intrínsecos e cenário marcado pela corrupção governamental contribuiu ainda mais para o aumento da violência.

Em relação aos nexos entre o crime organizado e o terrorismo, em primeiro lugar temos que ir às definições de terrorismo e de crime organizado e compará-las para ver quais são os elementos coincidentes e também quais são as principais diferenças entre um e outro fenómeno.

Tabela 9.- Elementos comuns entre o crime organizado e o terrorismo

Fonte: elaboração própria a partir das definições (Schmid, 1983, pp. 70-111; Hagan, 1983; Albanese, 2007, p. 3) e dos trabalhos (Schmid, 1996, p. 41)

Diferenças	Elementos comuns
As Organizações terroristas (OT) estão geralmente ideológica ou politicamente motivados, enquanto o crime organizado esta orientado pela maximização de benefícios.	Violência, intimidação, ameaça e coação são a alma e o núcleo de ambas.
A vitimização do terrorismo é geralmente menos discriminatória do que a violência usada por grupos de crime organizado	Ambas tentam gerar medo e terror na população e nas autoridades legítimas.
As organizações terroristas normalmente buscam a atenção da mídia, enquanto o crime organizado não necessita-la.	As vítimas principais da violência são civis, ou militares ou polícias fora dum contexto de conflito armado.
Muitas vezes, As organizações terroristas desejam competir com os governos pela legitimidade do exercício do poder, enquanto o crime organizado não busca essa legitimidade.	Operam em segredo e normalmente formam redes encobertas.
	Ambas usam táticas similares: sequestros, assassinatos, extorsão (proteção, imposto revolucionário).
	Controlo interno das pessoas do grupo é muito forte, incluso aqueles que tentam sair das organizações podem resultar mortos
	Ambas usam organizações mecenas interpostas, tales como fundações, instituições culturais ou de caridade e negócios legais.
	Organização em rede
	Ambas tem no seu modelo sistémico os fluxos de dinheiro e bens como órgãos vitais e centros de gravidades das organizações.
	Ambas utilizam os mesmos métodos de ocultamento de capitais e de movimento de fundos.

As ligações entre o crime organizado e o terrorismo têm frequentemente três atores diferentes: primeiro, as organizações terroristas tais como Al-qaeda, as FARC ou *Sendero Luminoso*; segundo, os funcionários do governo e os oficiais de inteligência de países como Irão o Cuba e, terceiro, os criminosos que fazem negócios com as drogas, tais como



Juan Mata Ballesteros ou o “El Chapo” Guzman, que também usam a violência política e o terror. Através duma complexa rede de contactos estes criminosos gerem a logística do armamento, o BC, la partilha de informações, o comércio de identidades e passaportes falsos, os santuários compartilhados e a assistência mutua (Combs, 2010, p. 124).

O mais importante aqui é sublinhar que na realidade temos muitos exemplos das relações e interesses comuns do terrorismo e do crime organizado. Também deixa a descoberto um fenómeno, o narco-terrorismo, que merece a pena analisar em maior profundidade. O melhor caso para confirmar o dito no parágrafo anterior está no apêndice III no caso de estudo nº 1 dedicado ao narcoterrorismo.

b. Estruturas financeiras comuns

Numa pesquisa rápida num motor de busca na internet com as palavras “*anonymous bank account*” obtêm-se mais de quatro milhões de resultados, pelo que não é difícil aceder a este tipo de serviços por qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, e isto sem necessidade de recorrer a pessoas ou organizações especializadas nessa matéria.

Lilley identifica alguns destes instrumentos utilizados pelos criminosos e terroristas para ocultar a origem e ou destino dos seus fundos (Lilley, 2006, p. 11):

- Uma conta bancária anónima, com um código ou com qualquer nome de sua escolha.
- Gestão bancária das contas através de Internet.
- A cartão multibanco anónimo e recarregável, disponível para qualquer pessoa em poucos dias.
- Retirar quantias ilimitadas de dinheiro em qualquer lugar do mundo.
- Poder transferir dinheiro para outras pessoas, sempre e quando, esse envio seja totalmente anónimo.

O acesso ao sistema financeiro por parte das organizações criminosas pode fazer-se de duas maneiras: primeiro, mediante a corrupção de funcionários bancários ou a compra ou controlo, total ou parcial, de um banco legal situado num país que cumpre a normativa internacional de prevenção, e segundo, mediante o uso de entidades situadas em paraísos fiscais ou em países com normativas favoráveis às atividades de branqueamento ou financiamento.



Os dois casos de estudo deste Capítulo ilustraram claramente o primeiro suposto estabelecido para os casos de corrupção de proprietários e funcionários dum banco, pelo que não se vai fazer maior ênfase nesse assunto agora.

Especialmente a existência de centros financeiros *offshore* com regulamentações frouxas faz com que o sistema bancário formal seja ainda mais vulnerável à movimentação facilitada de fundos através de fronteiras internacionais (Samy 2006:9).

Talvez seja mais fácil caracterizar os paraísos fiscais que defini-los⁶, por isso entre as principais características que se encaixam nesses territórios incluem as seguintes:

- A ausência ou baixo nível de tributação sobre o lucro, o capital e as transações económicas e financeiras gerais, formando assim áreas de pouca ou nenhuma tributação.
- A manutenção rigorosa do sigilo bancário e comercial, ou seja, a confidencialidade das transações comerciais e financeiras, por isso, em alguns casos, também acompanhado pela manutenção rigorosa de anonimato dos titulares de certos depósitos e agentes de várias operações comercial, financeira ou de ações. Em alguns países, o dever de sigilo espalhou-se para outras profissões, como advogados, contabilistas e todos os tipos de intermediários financeiros.
- A ausência de compromissos ou acordos em matéria tributária que os obriga a fornecer informações financeiras ou de negócios para outros Estados, agências ou organizações nacionais ou internacionais.
- A inexistência de normas mínimas para a constituição de pessoas jurídicas comerciais e financeiras, tais como empresas e diversas entidades, sem a necessidade de identificar os titulares ou beneficiários dos mesmos e facilitar a formação de “empresas fantasmas”.
- A falta de um sistema de controlo de câmbio projetado para regular a comercialização de diferentes moedas, com o objetivo de atrair capital ligados a

⁶ Um indício muito significativo de isto é o detalhe que a Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho de 24 de Outubro de 2008 relativa à luta contra a criminalidade organizada em seu artigo 11 dedicado a aplicação territorial diz especificamente que “A presente decisão-quadro é aplicável a Gibraltar”.



atividades económicas e financeiras realizadas, principalmente, por pessoas coletivas não residentes.

Quem tenha seguido a lógica deste trabalho estaria tentado a pensar que a solução do problema é muito simples, acabar com os paraísos fiscais, com o segredo bancário e com qualquer medida legal que ajude a manter o anonimato nos processos bancários. Essa conclusão seria completamente um erro.

Durante a discussão na União Europeia sobre o desaparecimento do segredo bancário, depois do Luxemburgo dar “o braço a torcer”, Áustria permaneceu sozinha face a todos os demais países com a sua oposição àquela medida. A Ministra das Finanças austríaca, Maria Fekter, mostrou-se aberta a conversar sobre a matéria, mas insistiu que a EU não pudesse ter “ruas de sentido único” e, depois, acusou o Reino Unido e os EUA de terem seus próprios buracos em Delaware e Nevada ou em Gibraltar e nas Ilhas do Canal (Halpin & O'Donnell, 2013).

Temos um exemplo que conjuga os dois supostos apontados acima, um paraíso fiscal, Aruba, que foi quase comprado pela mafia italiana e utilizado para seus fins criminais e onde durante um período de tempo a corrupção se instalou em todos os níveis da fraca administração da aquela ilha. Aruba é uma ilha caribenha sob soberania da Holanda, mas com um alto nível de autonomia para tomar as suas próprias decisões. Entre os anos 1988 e 1992 as famílias Cuntrera e Caruana, especializadas no branqueamento de capitais dentro da Mafia siciliana, adquiriram o sessenta por cento dos negócios de Aruba através de investimentos em hotéis, casinos, clubes e outros locais de entretenimento. Aruba foi qualificado como o primeiro estado independente sob o controlo do crime organizado, que inclusive pagou a campanha eleitoral do primeiro-ministro da altura (Blickman, 1997, p. 3).

c. Estruturas não financeiras comuns

O percurso metodológico utilizado neste trabalho permite concluir que as estruturas não financeiras comuns entre o branqueamento e o financiamento são:

- A banca clandestina (*Hawalla*)
- Os sistemas de remissão de fundos por meios não bancários.
- As organizações mecenas.



- Os negócios legais.

A *Hawalla* está suficientemente apresentada como sistema na operação “Solarium-120” e no sistema de financiamento do terrorismo de Al-qaeda. Em ambos casos aparece como um elemento principal nas conspirações terroristas e no aproveitamento do lucro das atividades criminosas. Além disso a rede da *Hawalla* permite transferir fundos dum país para outro sem nenhum tipo de controlo por parte dos estados e, simultaneamente, servir de depósito de valores de forma provisória.

O processo de branqueamento tem como parte mais vulnerável a transferência dos lucros desde os países de venda à geração do lucro para os estados onde moram os líderes e os sócios das organizações criminais, enquanto as organizações terroristas ou suas organizações mecenas necessitam movimentar dinheiro e bens entre países para ter capacidade operativa onde queiram fazer ações terroristas.

Os negócios legais são vistos pelas organizações criminais e terroristas como fontes seguras de poder disfrutar de seus lucros sem problemas ou como uma maneira de poder financiar as estruturas fixas.

d. Estudo de casos

Os dois casos que se relatam neste capítulo são os maiores escândalos no sistema bancário internacional por serem exemplos da infiltração em bancos da primeira ordem mundial de organizações criminais e terroristas.

O primeiro, a queda do Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI) em julho de 1991, em grande parte devido a imputação de dois funcionários da filial do BCCI em Tampa (Flórida) por branqueamento de capitais para os cartéis colombianos da droga. Este banco foi criado por um paquistanês xiita com o apoio da família Bin Mahfouz da Arabia Saudita, os Gokal do Paquistão e os Gaith Pharaon de Abu Dhabi. Este banco estava também envolvido na operação do governo dos EUA conhecida como Irão-Contra e no financiamento dos talibans no Paquistão e Afeganistão. Além disso Khaled bin Mahfouz, que foi executivo do BCCI, é um dos banqueiros que aparece na lista “*Golden Chain*” vinculada num procedimento penal nos EUA com os doadores da rede Al-qaeda.

O segundo, a Corporação Bancária de Hong-Kong e Shanghai (HSBC) é um dos maiores bancos do mundo que conta com 54 milhões de clientes, e a segunda maior empresa mundial em ações. Este gigante, pela sua própria dimensão, concorre também a



ter ligações com o crime organizado e o terrorismo. Às vezes a quantidade de transações impede o controlo efetivo das operações bancárias em marcha.

Temos a obrigação moral de apontar, como fez a Ministra de Finanças austríaca, que a sede dos dois Bancos era a mesma, Londres, o que não pode ser tomado como uma simples coincidência.

Temos, novamente, que perguntar se alguém pensa que acabar com bancos deste tamanho e poder, é possível e que dessa forma se acabaria com as estruturas corruptas no quadro de uma política AML/CFT. Essa afirmação será um grave erro. Recentemente saltou para a opinião pública internacional a implicação, nada mais e nada menos, que do Banco de China, propriedade do governo chinês, com uma série de pessoas e organizações mecenas, entre elas o governo do Irão, no financiamento do Hezbollah e do Hamas para cometer atentados terroristas em Israel e noutros países (Vick, 2013).

e. A luta contra as estruturas identificadas no quadro das Estratégias face ao financiamento do terrorismo e ao branqueamento de capitais

Na luta contra o terrorismo, houve sempre uma preocupação óbvia sobre como estrangular as fontes de receitas que apoiaram os diversos grupos terroristas, mas a partir do ataque em Nova Iorque do dia 11-S, essa questão tem vindo a ser tratada com sensibilidade apurada, sendo localizada em todas as estratégias de luta contra o terrorismo no topo das prioridades de ação.

Nã surpreende que cinco dias, depois, dos atentados, Henry Kissinger declarasse publicamente, quanto à estratégia para acabar com os terroristas, que consistiria em remover os seus santuários com operações militares, melhorar a cooperação militar na segurança, interromper o seu financiamento, intervir as comunicações e pressionar os países que abrigam terroristas (Kissinger, 2001).

Neste parágrafo pretende-se responder a **QD6**: se é realista desenhar uma estratégia de deteção, controlo e neutralização das estruturas financeiras que tornam possível o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo? Encontramos a resposta na recente história do terrorismo.

Segundo a Comissão do Congresso dos EUA sobre o 11-S, após os atentados, o mais alto nível funcionários do governo dos EUA declarou publicamente que a luta contra o financiamento da Al-qaeda era tão crítica como a luta contra a própria Al-Qaeda. Ele foi



apresentado como uma das chaves para o sucesso na luta contra o terrorismo: se sufocar o dinheiro dos terroristas, limita-se a sua capacidade de realizar ataques de desastre em massa (Realuyo, 2010, p. 214).

Na Estratégia Antiterrorista Global das Nações Unidas, aprovada por consenso por todos os Estados-Membros na Resolução 60/288, 8 de setembro de 2006, a Assembleia Geral destacou a importância de abordar o financiamento do terrorismo e a necessidade de os Estados-Membros para implementar medidas abrangentes que atendam a todos os padrões internacionais.

Desde o ano 1990, o Grupo de Ação Financeira Internacional (FAFT) tinha feito quarenta Recomendações sobre branqueamento de capitais que foram acrescentadas em outubro de 2001, pouco menos de um mês depois dos atentados do 11-S, com nove Recomendações especiais sobre o financiamento do terrorismo. Estas medidas foram reconhecidas nos termos da Resolução do Conselho de Segurança 1617 (2005) e incluídas em anexo do Plano de Ação da Resolução da Assembleia Geral 60/288 (2006) como ferramentas importantes na luta contra o terrorismo. Apenas este fato também apoia a conclusão sobre a existência de estruturas e métodos comuns entre o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Se olharmos para os modelos sistêmicos acima expostos e usando sua lógica implícita, um estrategista pode distinguir os centros de gravidade das organizações criminosas e evitar fazer esforços desnecessários com objetivos pouco rentáveis (Chun, 2008, p. 312). A estratégia da pedra angular (*Kingpin Strategy*) foi desenhada pela DEA para atacar os centros de gravidade das maiores organizações criminosas do narcotráfico, a sua logística de produtos químicos para o processo de obtenção das drogas, as suas comunicações, o seu sistema de transporte, as suas finanças e a sua liderança (DEA, 1994). Atacando sistematicamente cada uma dessas vulnerabilidades, a estratégia visava destruir toda a organização, e com isso, a sua capacidade para financiar, produzir e distribuir quantidades maciças de drogas ilegais, ou em outras palavras a sua paralisia.



5. Análise dos resultados

As Questões derivadas foram identificadas na introdução e depois, tivemos em conta os casos de estudo em relação às mesmas e as correspondentes hipóteses. Estas foram descritas em cada um dos capítulos anteriores, fazendo agora a correspondente validação formal. Os casos de estudo são os seguintes:

- Caso de estudo nº 1 (E1): Operação *Polar Cap*
- Caso de estudo nº 2 (E2): Operação *Solarium-120*
- Caso de estudo nº 3 (E3): Jemaah Islamiyah
- Caso de estudo nº 4 (E4): Al-Qaeda
- Caso de estudo nº 5 (E5): ETA
- Caso de estudo nº 6 (E6): GRAPO
- Caso de estudo nº 7 (E7): O narcoterrorismo
- Caso de estudo nº 8 (E8): BCCI
- Caso de estudo nº 9 (E9): HSBC

O relato completo de cada caso podem encontrar-se, sequencialmente ordenados, em cada um dos três apêndices de este trabalho.

Os modelos teóricos apresentados foram quatro: primeiro, o modelo da DEA (M1) do Cartel de Cali; segundo, o modelo MCA adaptado ao crime organizado (M2); terceiro, o modelo do triângulo do terrorismo (M3) e, por último, o modelo MCA adaptado ao terrorismo (M4).

Neste ponto vamos validar ou infirmar as hipóteses, tendo em consideração a análise, os indicadores qualitativos discutidos e os resultados alcançados.



Tabela 10.- Análise dos resultados obtidos em relação as Hipóteses

Nº	Hipótese	Modelo teórico	Casos de Estudo	Corpo do trabalho	Confirmar Hipóteses
H1	A motivação das organizações criminais é poder disfrutar do benefício das atividades criminosas através do processo de BC.	M1, M2	E1, E2,E7, E8, E9	Cap.1 Cap.2	Confirmada
H2	Sem a possibilidade de branquear os lucros das atividades criminais não teríamos crime organizado.	M2	E1, E2,E7, E8, E9	Cap. 2	Confirmada
H3	As organizações terroristas necessitam financiamento para poder realizar ações terroristas que causem temor a população e permitam fazer coação as autoridades legítimas.	M3,M4	E3, E4, E,5,E6	Cap.1 Cap.2	Confirmada
H4	Sem o financiamento não existiriam organizações terroristas ativas.	M3, M4	E3, E4, E5,E6	Cap. 2	Confirmada
H5	Existem estruturas financeiras e não financeiras comuns ao processo de branqueamento de capitais e ao financiamento das organizações terroristas e suas ações criminais.		E2, E4, E7,E8,E9	Cap. 4	Confirmada
H6	É realista desenhar uma estratégia para neutralizar essas estruturas comuns.		E1,E2,E3, E5,E6,E7	Cap. 1 Cap. 4	Confirmada



Conclusões

Os acontecimentos da história recente do Ocidente, especialmente os relacionados com as denominadas novas ameaças, indicam que são duas as ameaças reais mais imediatas, o terrorismo e o crime organizado. A globalização em todos os fenómenos sociais a nível mundial teve como consequência a internacionalização destas ameaças e, por isso, nenhum Estado, nem tão pouco sequer os EUA, pode por seus próprios esforços, tornar-se sozinho invulnerável às ameaças de hoje. Necessitamos um sistema coletivo de segurança e que os Estados cooperem realmente uns com os outros.

Para entender a importância do tema tratado aqui, basta dizer que a única vez, na história OTAN que um país membro invocou o artigo 5, que contém a cláusula de defesa coletiva, foi depois dos ataques terroristas contra os Estados Unidos. Além disso, nos últimos quinze anos temos observado um aumento da atividade criminosa na Europa, especialmente no tráfico de drogas e de pessoas.

O principal objetivo deste trabalho era demonstrar de uma maneira metodologicamente robusta que há nexos entre o crime organizado e o terrorismo, e que além disso também entre o financiamento do terrorismo e o branqueamento de capitais procedentes do crime organizado existe uma íntima relação.

Para realizar este trabalho utilizámos o método científico hipotético-dedutivo, de acordo com a metodologia descrita. A este propósito formulámos a pergunta seguinte: **Será que existirão terrorismo e crime organizado sem que existam o financiamento e branqueamento de capitais respetivamente?** A nossa hipótese afirmativa foi confirmada através das Questões Derivadas e os resultados obtidos no Capítulo Quinto. Os modelos teóricos sistémicos apresentados estabelecem indutivamente essa relação, que tem sido confirmada de forma dedutiva mediante o estudo de casos de transcendência internacional baseados em relatórios e estatísticas oficiais dos Estados afetados e de Organismos internacionais.

No enquadramento conceptual partimos do geral para terminar com o específico, ou seja, do conceito de Segurança Nacional para depois definir o que é uma ameaça, e imediatamente a seguir, tratar delas.

A Segurança Nacional é a ação do Estado dirigida a proteger a liberdade e o bem-estar dos seus cidadãos, para garantir a defesa do nosso país e dos seus princípios e valores



constitucionais, e contribuir junto dos nossos parceiros e aliados a segurança internacional no cumprimento dos nossos compromissos.

Uma ameaça é qualquer circunstância ou agente que põe em causa ou perigo a segurança ou a estabilidade do nosso país, enquanto o risco é a contingência ou a probabilidade de que uma ameaça se materializar ocasionando um dano. Nas nossas sociedades acontecem fenómenos globais que propiciam a propagação ou transformação da natureza das ameaças e riscos que enfrentamos. Estes catalisadores poderiam aumentar a nossa vulnerabilidade e que referimos como “potenciadores”.

Centrando-nos na primeira das ameaças tratadas aqui, podemos dizer que um ato de terrorismo é o equivalente em tempo de paz a um crime de guerra. Para saber se alguma ação pode ser classificada como terrorista, em primeiro lugar, devemos perguntar-nos se o Estado onde foi feita essa ação está envolvido numa situação de guerra ou conflito armado, de acordo a Direito Internacional Público. Se a resposta é afirmativa, os atos contrários aos usos e leis da guerra, incluindo os atos terroristas, por parte de qualquer grupo, organização ou pessoa individual seriam considerados um crime de guerra definido no Direito Internacional Humanitário. Se a resposta é negativa, os atos terroristas serão definidos e punidos de acordo com o direito interno de cada Estado, sempre e quando, esse Direito Penal interno, cumpra as exigências e diretrizes do Direito Internacional Público, segundo as Convenções e as Resoluções das Nações Unidas ou, nosso caso, da União Europeia e outros organismos internacionais de carácter regional. Este sistema de definição do terrorismo é um contributo original deste trabalho. Em Espanha o CPE estabelece em seu artigo 571 o que são organizações ou grupos terroristas, enquanto em Portugal o artigo 2 da Lei 52/2003 define o que são atos terroristas.

O crime organizado como fenómeno criminal específico tem um tratamento individual no Direito Penal, quer em Espanha quer em Portugal.

Do conteúdo do trabalho não pode afirmar-se que o BC e o FT sejam por si próprias ameaças à sociedade e ao estado, mas si são os catalisadores do crime organizado e do terrorismo.

O branqueamento de capitais ou ativos é o processo ou conjunto de técnicas, procedimentos e operações de ocultamento ou dissimulação da origem ilícita dos bens e produtos do crime para lhes dar a aparência de legitimidade, escondendo a sua verdadeira origem, integrando-os no sistema financeiro ou económico como se tivessem sido



completamente lícitos. Também está considerado como um crime, quer seja no artigo 301 CPE, quer seja no artigo 368º A da CP português.

É quase unânime a opinião que caracteriza a atividade de branqueamento de capitais como um processo, que consta das três fases fundamentais a seguir: colocação, transformação e integração.

Geralmente, quer seja uma organização criminosa especializada em branqueamento quer seja um profissional dessa matéria o processo de branqueamento, nas suas três fases, o ciclo utiliza muitas capas com múltiplas movimentos e operações com diferentes tipologias em diferentes países de diversos continentes para que não seja possível seguir o rastro ao dinheiro desde o seu estado de aparência legal até a sua origem derivada de ações ilegais.

Diferenciámos entre tipologias que usam instituições financeiras e tipologias vinculadas a negócios, atividades ou profissões de risco. O controlo preventivo e administrativo esta regulado na normativa portuguesa e espanhola, em base nas diretrizes da EU, e recai de maneira executiva nas FIU nacionais que no caso de Espanha é o SEPBLAC e no caso português é o Banco de Portugal.

Na luta contra as ameaças à Segurança dos Estados, é vital o estudo da maneira de pensar, planificar e atuar dos possíveis membros das organizações criminais que se dedicam ao branqueamento de capitais. Por isso, com um desejo de sistematização e, possivelmente, a partir de uma perspetiva criminológica pode dizer-se que essas pessoas atuam, geralmente, de acordo com os doze princípios desde a simplicidade até a reversão.

Para responder as Questões Derivadas (QD) usamos o MCA de Warden. No caso das relações entre o crime organizado, Sample aplicou o modelo MCA à estrutura organizacional do Cartel de Cali formulada pela DEA. À vista do modelo sistémico básico duma estrutura organizacional criminosa, perguntámos que se for possível descer a vulnerabilidade do sistema económico ao branqueamento de bens procedentes do crime organizados, as pessoas criminosas terão a mesma motivação para estabelecer ligações com o objetivo de delinquir? A resposta teórica segundo o modelo enunciado é afirmativa.

Podemos obter uma confirmação dessa conclusão através da análise dos dados oferecidos por fontes abertas sobre as operações *Polar Cap* do FBI e *Solarium-120* da Guardia Civil. No primeiro caso as relações foram estabelecidas entre o narcotráfico do Cartel de Medellín e o BC num banco radicado num paraíso fiscal do Caribe. A



necessidade dessa organização criminosa de conseguir branquear imensas quantidades do numerário procedente da venda da cocaína nos EUA é um dos seus centros de gravidade mais vulneráveis. No segundo caso podem observar-se as relações entre o crime organizado dedicado ao tráfico de haxixe e pessoas entre o norte de África e Europa através da península ibérica e a necessidade de branquear as divisas e os lucros para poder disfrutá-las nos países de origem com se fossem legais.

O financiamento do terrorismo consiste no apoio financeiro, de qualquer maneira, ao terrorismo ou para aqueles que ajudam ao seu planeamento, incentivo ou prática. Esse apoio financeiro é necessário quer para sustentar toda a estrutura da organização quer para realizar operações específicas. O financiamento do terrorismo é um crime tipificado, em Espanha, no artigo 576 do CPE e, em Portugal, no artigo 5.º-A da Lei 25/2008.

Numa tentativa de classificar as fontes de financiamento do terrorismo temos que diferenciar, em primeiro lugar, entre financiamento público por parte de Estados ou Organizações internacionais ou financiamento privado, e dentro deste último, entre fontes legais nas quais os recursos são obtidos dentro da legalidade e fontes ilegais que estão baseadas no crime.

Outro contributo original deste trabalho para o conhecimento é o conceito de “organizações mecenas” que podem ser definidas como estruturas, fictícias ou reais, criadas por Estados ou por pessoas com capacidade de decisão executiva em esses Estados, para canalizar os fundos e a ajuda logística a elementos ou organizações que utilizam o terrorismo, acima definido, para a consecução de seus fins últimos.

As fontes de financiamento ilegal vêm de todo o tipo de ações criminosas, desde o tráfico de drogas até ao sequestro passando por o contrabando, roubo, extorsão, quase todos os tipos de fraude, roubo de identidade e pequenos crimes.

Tal como para o financiamento público, no privado temos múltiplas fontes de financiamento que vai desde a simples doação de uma ou várias pessoas até aos rendimentos dos negócios legais encobertos da organização passando por diversos tipos de organizações mecenas.

A maioria das organizações terroristas obtêm os seus recursos financeiros duma forma clandestina ou semiclandestina, mas em todo o caso têm que mover o dinheiro e os bens desde as organizações mecenas ou diretamente desde as fontes, para a cabeça da direção



terrorista, ou para o seu órgão de logística e financiamento, se for muito sofisticada, e desde aqui fazer a distribuição as células terroristas ou aos terroristas individuais. Essas manobras constituem uns dos passos mais vulneráveis para a organização terrorista, quer detetados e identificados quer detidos.

Para responder, desde um ponto de vista teórico, à questão sobre quais são as relações, entre o financiamento do terrorismo e a existência de fações terroristas, é necessário encontrar um modelo que represente explique causalmente essas relações recorreremos à abordagem sistémica de Warden e ao seu modelo MCA para identificar as vulnerabilidades críticas do adversário e atacar essas vulnerabilidades em paralelo o mais rápido possível. Chappel adaptou com sucesso o modelo MCA para fazer face a uma hipotética e genérica organização terrorista. Deste conjunto teórico deduzimos indutivamente, que aquela relação é verdadeira a nível ideal, dado que o financiamento é o fluxo vital das redes terroristas.

Por isso, colocámos a pergunta, se for possível a eliminação de todas as fontes de financiamento do terrorismo, ou de um deles, o fenómeno terrorista ainda poderia existir? Nesta altura pensamos que demonstrámos com os nossos casos de estudo que privando de financiamento as organizações terroristas restringem-se as suas possibilidades operacionais e a sua capacidade de planejar e executar ataques mortais. Isto é claro no caso da organização terrorista ETA. O ataque simultâneo que o Estado espanhol fez na última década aos seus centros de gravidade sistémicos terminaram por conduzi-la ao enfraquecimento e quase a uma derrota no plano policial e militar.

A apresentação do financiamento da Al-queda não necessita justificação, é óbvio que esta organização terrorista teve na última década um inegável protagonismo internacional, quer no terrorismo quer nos conflitos armados. Neste caso podem observar-se quase todas as metodologias de branqueamento, todas as fontes de financiamento do terrorismo e todos os sistemas de movimentos de fundos acima expostos. A consideração do financiamento como um centro de gravidade da organização em rede explicaria porque Al-queda tenta dominar o centro e o norte do África e, por vezes, consegue-o com o apoio ocidental, e como consegue manter aberta a frente da Síria. Os princípios financeiros da Al-queda unem o Afeganistão com o Sudão através de Arábia Saudita e o Golfo, e a intervenção militar em Afeganistão apenas significa para essa organização ter que procurar um novo



balanço nesse eixo jogando entre o financiamento, a logística, o recrutamento e as ações terroristas.

Depois disso, conceitualmente fomos mais além e pesquisámos a possível existência de estruturas comuns entre o financiamento do terrorismo e o branqueamento de capitais para poder delinear uma estratégia que permita atacar e neutralizar essa clara vulnerabilidade do sistema criminoso internacional.

Começámos por estabelecer as ligações entre o crime organizado e o terrorismo que têm frequentemente três atores diferentes: primeiro, as organizações terroristas; segundo, os funcionários do governo e os oficiais de inteligência de alguns países e, terceiro, os criminosos que fazem negócios com as drogas. Tal vez o melhor caso para confirmar o dito no parágrafo anterior está na história da tentativa de assassinato num atentado terrorista do embaixador de Arabia Saudita nos EUA, que veio a demonstrar as ligações do Serviço de Inteligência iraniano com o terrorismo religioso e político xiita através do pretendido braço executor de uma organização criminal de narcotraficantes mexicanos.

O narco-terrorismo é um tipo concreto de terrorismo, mas também é um meio específico de financiamento do terrorismo, mas também é a prova palpável da suas ligações. Como exemplo do primeiro pode citar-se a campanha de atentados com explosivos de Pablo Escobar e do Cartel de Medellín para mudar a política de extradições para os EUA, do governo colombiano. Noutra perspetiva, o narco-terrorismo é interpretado como um procedimento específico de conseguir fundos por parte de organizações terroristas. Como meio específico de financiamento do terrorismo pode citar-se as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)*, A nova estratégia das FARC para o transporte da cocaína para Europa através do Golfo de Guiné, e a sua aliança com os grupos terroristas da rede Al-qaeda no Sahel é um dos exemplos mais claros dos nexos entre o terrorismo e o narcotráfico. Os Grupos terroristas internacionais e as organizações criminosas mantêm os Estados fracos como santuário. O principal conflito na próxima década vai ter lugar em África, e já começou. Isto tem graves repercussões para a segurança nacional quer de Espanha quer de Portugal.

Formulou-se a pergunta, há estruturas financeiras e não financeiras comuns que permitem tanto o branqueamento de capitais provenientes de crime organizado e ao financiamento do terrorismo? E a própria sequência lógica deste trabalho dá uma resposta afirmativa, mas não é suficiente, e fomos mais além e tentámos identificá-las e confirmar



sua existência e importância com mais dois casos de estudo dedicados a duas importantes instituições financeiras que foram objeto de infiltração por parte do narcotráfico e o crime organizado.

Foram identificadas estruturas financeiras corruptas nos países que tem uma legislação completa em matéria AML/CFT, mas a existência de paraísos fiscais e centros financeiros em países com regulamentações fracas em AML/CFT ainda faz com que o sistema bancário formal seja mais vulnerável à movimentação facilitada de fundos através de fronteiras internacionais para as organizações criminosas. A corrupção do sistema financeiro em sua máxima plenitude apareceu no cenário internacional com a quebra do Banco BCCI devido a imputação de dois funcionários da filial do BCCI em EUA por branqueamento de capitais para os cartéis colombianos da droga.

O percurso metodológico utilizado neste trabalho permite concluir que as estruturas não financeiras comuns entre o branqueamento e o financiamento são: o sistema bancário internacional, a banca clandestina (*Hawalla*), os sistemas de remissão de fundos por meios não bancários, as organizações mecenas e os negócios legais.

A estratégia para acabar com os terroristas deveria ser abrangente, e consistiria em remover seus santuários com operações militares, melhorar a cooperação militar na segurança, interromper o seu financiamento, intervir nas comunicações e pressionar aos países que abrigam terroristas.

A estratégia *Kingpin Strategy* desenhada pela DEA para atacar os centros de gravidade das maiores organizações criminosas do narcotráfico é um bom exemplo parcial disso, no entanto, achamos que deveríamos ser mais ambiciosos e coordenar todos os esforços contra o terrorismo e contra o crime organizado não apenas ao nível dum só agência dum só Estado, mas ao nível de todas as instituições do Estado e ao nível internacional.

Temos demonstrado de uma maneira científica que há nexos entre o crime organizado e o terrorismo, e que além disso também entre o financiamento do terrorismo e o branqueamento de capitais procedentes do crime organizado existe uma íntima relação. Por isso, podemos afirmar taxativamente que enquanto exista financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais proveniente do crime organizado, também haverá o terrorismo e o crime organizado.



Bibliografia

- Albanese, J., 2007. *Organized Crime in Our Times*. Fifth ed. Newark: Matthew Bender & Company.
- Audiencia Nacional, 2010. *El Mundo, documentos, auto FARC-ETA sumario 75-09*. [Online]
Available at: http://estaticos.elmundo.es/documentos/2010/03/01/auto_farc_eta.pdf
[Accessed 01 04 2014].
- Avila Solana, E., 2001. Las tipologías del blanqueo en España: casos prácticos específicos del blanqueo. In: J. Zaragoza Aguado, ed. *Prevención y represión del blanqueo de capitales*. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, Escuela de Estudios Judiciales.
- Banco de Portugal, 2009. *Banco de Portugal, Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, Quadro normativo*. [Online]
Available at: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/SupervisaoPrudencial/BranqueamentoCapitaisFinanciamentoTerrorismo/Paginas/QuadroNormativo.aspx>
[Accessed 01 04 2014].
- Banco de Portugal, 2014 b. *Repositorio de Documentos*. [Online]
Available at: <https://bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/>
[Accessed 10 04 2014].
- Bantekas, I., 2003. The International Law of Terrorist Financing. *The American Journal of International Law*, 97(2), pp. 315-333.
- Blanco Cordero, I., 1997. *El delito de blanqueo de capitales*. Pamplona: Aranzadi.
- Blickman, T., 1997. *The Rothschilds of the Mafia on Aruba*, Amsterdam: Transnational Institute, TNI.
- Bolz, F., Dudonis, K. & Schulz, D., 1990. *The Counter-Terrorism Handbook: Tactics, Procedures and Techniques*. New York: Elsevier.
- Braguês, J. L., 2009. *O processo de branqueamento de capitais*. Porto: Edições Húmus.
- Brisard, J., 2002. *Terrorism Financing, Roots and trends of Saudi terrorism financing*, New York: Report prepared for the President of the Security Council United Nations.
- Brzezinski, Z., 2007. *The grand chessboard, American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.
- Buesa, M., 2006. *Consecuencias económicas del terrorismo nacionalista en el País Vasco*, Madrid: Universidad Complutense, Instituto de Análisis Industrial y Financiero, Documento de Trabajo Nº 53.
- Buesa, M. & Baumert, T., 2012. *Dismantling terrorist's economics: the case of ETA*, Madrid: Universidad Complutense, Documento de trabajo nº 11.
- Bush, G. W., 2001. *President Freezes Terrorist Assets, White House Press Briefing*. [Online]
Available at: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010924-4.html>
[Accessed 01 04 2014].



Cabral Couto, A., 1988 . *Elementos de estratégia, Apontamentos para um curso, Vol. I*. Lisboa: Instituto de Alto Estudos Militares (IAEM).

Carrapiço, H., 2006. *O Crime Organizado Transnacional na Europa Origens, Práticas e Consequências*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, Cadernos do IDN.

Carrapiço, H., 2012. Transnational organized crime as a security concept. In: F. Allum & S. Gilmour, eds. *Routledge Handbook of Transnational Organized Crime*. New York: Routledge , pp. 19-35.

Chappel, G. J., 2002. *A Terrorist Organization as a System: Unleashing Warden's Five-Ring Model*. Newport: Naval War College, Joint Military Operations Department, .

Chun, C. K. S., 2008. USAWC Guide to National Security Issues, Vol I: Theory of War and Strategy . In: J. B. J. Bartholomees, ed. *John Warden's Five Ring Model and the Indirect Approach to War* . Carlisle: Strategic Studies Institute of the US Army War College (SSI), pp. 311-323.

Combs, C., 2010. *Terrorism In The Twenty-First Century*. 6^a ed. New York: Prentice Hall.

CTITF Working Group, 2009. *Tackling the Financing of Terrorism*, New York: United Nations Office on Drugs and Crime, The World Bank, International Monetary Fund, .

Cuesta Sahuquillo, M., 2012. El Orden Público, Justicia y las F.A.S: amenazas comunes en la Unión Europea, especial referencia al blanqueo de capitales,. In: *España y la Unión Europea: un nuevo modelo de seguridad compartida*. Jaca: Ministerio de Defensa, XX Curso Internacional de Defensa, pp. 37-50.

Dalyan, S., 2008. Combating the Financing of Terrorism: Rethinking Strategies for Success. *Defence Against Terrorism Review*, 1(1), pp. 137-153.

Dandurand, Y. & Chin, V., 2004. *Links Between Terrorism and Other Forms of Crime, A Report submitted to Canadian Foreign Affairs*, , Vancouver: International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy.

DEA, 1994. *DEA History 1990-1994*. [Online]
Available at: <http://www.justice.gov/dea/about/history/1990-1994.pdf>
[Accessed 01 04 2014].

DEA, 1996. *Cali Cartel Organizational Structure, U.S. Department of Justice*. [Online]
Available at: <http://druglibrary.net/schaffer/dea/stats/cp-265.htm>.
[Accessed 01 04 2014].

Dishman, C., 2001. Terrorism, Crime and Transformation. *Studies in Conflict and Terrorism*, 24(1), p. 43–58.

Egmont Group, 2014. *Library, Cases*. [Online]
Available at: <http://www.egmontgroup.org/library/cases>
[Accessed 01 04 2014].

El Pais, 1996. *Un antiguo etarra, entre los detenidos por un alijo de 150 kilos de cocaína*. [Online]
Available at: http://elpais.com/diario/1996/12/24/espana/851382010_850215.html
[Accessed 01 04 2014].

FAFT, Egmont Group, 2013. *Money Laundering and Terrorist Financing through the trade of diamonds*, Paris: OECD, FAFT, Egmont Group.



FATF, 2014. *Methods and Trends*. [Online]
Available at: <http://www.fatf-gafi.org/topics/methodsandtrends/>
[Accessed 01 04 2014].

Falcone, G., 1992. La criminalite organisée: un problème mondial. *Reveu International de Criminologie*, Issue 4, pp. 398-410.

FATF, 2003. *The Forty Recommendations*. [Online]
Available at: <http://www.fatfgafi.org/dataoecd/7/40/34849567.PDF>
[Acedido em 01 04 2014].

FATF, 2008. *Terrorist Financing*, Paris: OECD, Financial Action Task Force.

FATF, 2009. *What is Money Laundering?*. [Online]
Available at: http://www.fatf-gafi.org/document/29/0,3343,en_32250379_32235720_33659613_1_1_1_1,00.html.
[Accessed 01 04 2014].

Ferreira Lima Letras, R. J., 2008. *Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo: As Organizações que definem os padrões de resposta*. Lisboa: IESM, Universidade Nova de Lisboa.

Ferreira Lima Letras, R. J., 2008. *O Branqueamento de Capitais como Coração do Crime Organizado*. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Direito, Curso de Estudos Avançados em Direito e Segurança..

Global Jihad, 2011. *The Golden Chain*. [Online]
Available at: http://www.globaljihad.net/view_page.asp?id=2038
[Accessed 01 04 2014].

Gobierno de España, 2011. *Estrategia de Seguridad Nacional. Una responsabilidad de todos*. Madrid: Gobierno de España, Presidencia del Gobierno.

Gobierno de España, 2013. *Estrategia de Seguridad Nacional: Un proyecto compartido*. Madrid: Gobierno de España, Presidencia del Gobierno.

Hagan, F., 1983. The Organized Crime Continuum: A Further Specification of a New Conceptual Model. *Criminal Justice Review*, 8(Spring), pp. 52-57..

Halpin, P. & O'Donnell, J., 2013. *Reuters, Austria slams U.S., UK "tax havens" as EU turns up heat*. [Online]
Available at: <http://uk.mobile.reuters.com/article/topNews/idUKBRE93A0T620130411>
[Accessed 01 04 2014].

INTERPOL, 1995. *Resolution General Assambley AGN/64/RES/24 Money Laundering*. [Online]
Available at: <http://www.interpol.int/content/download/22464/210853/version/9/file/AGN-64-RES-24%20-%20Money%20laundering.pdf>
[Accessed 01 04 2014].

Kellens, I., 1989. L'evolution de la théorie du crime organisé . In: *Criminologia y Derecho Penal al servicio de las personas*. San Sebastian: s.n., pp. 281-301.

Kerry, J. & Brown, H., 1992. *The BCCI Affair, A Report to the Committee on Foreign Relations of United States Senate* , Washington: Federation of American Scientists.

Kissinger, H., 2001. Declaraciones. *ABC*, 16 09.



- Kushner, H., 2003. *Encyclopedia of terrorism*. London: Sage Publications.
- Lilley, P., 2006. *Dirty dealing : the untold truth about global money laundering, international crime and terrorism* /. 3ª ed. London: Kogan Page Limited.
- Moghaddam, F. M., 2006. *From the Terrorists' Point of View: What They Experience and why They Come to Destroy*. Westport: Greenwood Publishing Group.
- MONEYVAL, 2014. *Typologies*. [Online]
Available at: http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/moneyval/Typologies/Typologies_en.asp
[Accessed 01 04 2014].
- Myles, D., 2003. La financiación del terrorismo internacional. In: M. Correa Gamero, ed. *Blanqueo de capitales, fuentes de dinero negro*. Madrid: Fundación Policía Española, pp. 189-196.
- Napoleoni, L., 2005. *Terror incorporated: tracing the dollars behind the terror networks*. New York: Seven Stories Press.
- NCTAUS, 2004. *Outline of the 9/11 Plot: Staff Statement 16*. [Online]
Available at: http://www.9-11commission.gov/staff_statements/staff_statement_16.pdf
[Accessed 01 04 2014].
- ONU, 2004. *More Secure World: our shared responsibility, United Nations High-Level Panel on Threats, Challenges and Change*, New York: United Nations.
- Paoli, L., 2008. Organized crime: new label, new phenomenon or policy expedient?. *International Annals of Criminology*, 46(1-2), pp. 37-60.
- Parker, W., 1999. *Testimony in the Committee on Financial Services, US Congress*. [Online]
Available at: <http://archives.financialservices.house.gov/banking/42099par.shtml>
[Accessed 01 04 2014].
- Passas, N. & Maimbo, S. M., 2008. The design, development, and implementation of regulatory and supervisory frameworks for informal funds transfer systems. In: T. J. Biersteker & S. E. Eckert, eds. *Countering the Financing of Terrorism*. New York: Routledge, pp. 174-192.
- Policia Judiciaria de Portugal, 2001. *Recomendações especiais do GAFI sobre o financiamento do terrorismo*. [Online]
Available at: http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/eventos/anexos4408/9-recomendacoes/downloadFile/file/RECOMENDACOES_ESPECIAIS_DO_GAFI_SOBR E_O_FINANCIAMENTO_DO_TERRORISMO.pdf?nocache=1236005778.28
[Accessed 01 04 2014].
- Prados, A. & Blanchard, C., 2004. *Saudi Arabia: Terrorist Financing Issues*, Washington: US Congressional Research Service, The Library of Congress.
- Proença Garcia, F., 2006. As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo. *Negócios Estrangeiros*, Volume 9.1, pp. 339-374.
- Proença Garcia, F. & Saraiva, M. F., 2004. O fenómeno da Guerra no novo século : uma perspectiva,. *Negócios Estrangeiros*, setembro(7), pp. 104-121 .



- Quivy, R. & Van Campenhoudt, L., 2005. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 4 ed. Lisboa: Gradiva.
- Realuyo, C., 2010. Following the Terrorist Money Trail. In: C. Harmon, A. Pratt & G. Sebastian, eds. *Toward a Grand Strategy against Terrorism*. New York: McGraw-Hill, p. 210–227.
- Reinares Nestares, F., 2001. *Patriotas de la muerte: quiénes han militado en ETA y por qué*. Madrid: Taurus Ediciones.
- Rodriguez Berlandino, G., 2012. *A primavera árabe e os desafios à estratégia espanhola de segurança*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).
- Sample, S., 1998. *Drug cartels: a threat to National Security*. Maxwell: US Air Command and Staff College.
- SARC, 2008. *8th Report: Combating terrorism, protecting by righteousness*, New Delhi: Government of India, Second Administrative Reform Commission (SARC).
- Saviano, R., 2008. *Gomorra*. Barcelona: DeBolsillo.
- Schmid, A., 1996. The Links between Transnational Organized Crime and Terrorist Crimes. *Transnational Organized Crime*, 2(4), pp. 40-82.
- Schmid, A., 2005. *Links Between Terrorism and Drug Trafficking: A Case of Narco-Terrorism?*. Madrid, International Summit on Democracy, Terrorism and Security,.
- Schmid, A. P., 1983. *Political Terrorism: A Research Guide to Concept, Theories, Data Bases and Literature*. First ed. Amsterdam: Elsevier Science Ltd.
- Schneider, F. & Caruso, R., 2011. *The (Hidden) Financial Flows of Terrorist and Transnational Crime Organizations: A Literature Review and Some Preliminary Empirical Results*, Berlin: Economics of Security, Working Paper 52, .
- SEPBLAC, 2013. *Legislación. Normativa de prevención del blanqueo de capitales*. [Online]
Available at: <http://www.sepblac.com/espanol/legislacion/norma-blanqueo.htm>
[Accessed 01 04 2014].
- Shelly, L., 2005. El Financiamiento del Terrorismo. *VRBE et IVS, revista de análisis jurídico*, 1(4), pp. 1-11.
- Silveira, J. & Romão, M. L., 2005. Regime jurídico do combate ao terrorismo: os quadros normativos internacional, comunitário e português.. *Europa: Novas Fronteiras Espaço de liberdade, segurança e justiça*, Issue 16-17, pp. 221-241.
- Silvestre dos Santos, E., 2004. Os modernos pensadores do poder aéreo. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, pp. 1-8.
- Smith, G. D., 1991. *Terrorism and the Rule of Law: Dangerous Compromise in Columbia Commentary* No.13. [Online]
Available at: <http://www.csis-scrs.gc.ca/pblctns/cmmntr/cm13-eng.asp>
[Accessed 01 04 2014].
- Smith, S., 2001. *Money Laundering: Trends and Techniques, Criminal Division US Department of Justice, Conferencia no Ministerio de Justicia, Tokio. Japón*. [Online]
Available at: <http://www.jcps.ab.psiweb.com/>
[Accessed 01 04 2004].



Thomas, J., 2009. Narco-Terrorism: Could the Leislative and Prosecutorial Responses Threaten Our Civil Liberties?. *Washington and Lee Law Review*, Issue 66, pp. 1881-1920.

Tickner, J. A., 1995. Re-visioning security. in, 183-184. Edited by . In: K. Booth & S. Smith, eds. *International relations theory today*. Cambridge: Polity Press, pp. 175-197.

UE, 2003. *Uma Europa segura num mundo melhor, Estratégia Europeia em matéria de Segurança* , Bruxelas: União Europeia.

United Kingdom Home Office , 2006. *Report of the London on Official Account of the Bombings in London on 7th July 2005*. [Online] Available at: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/228837/1087.pdf [Accessed 01 04 2014].

UNODC, 2010. *Compendio de casos relativos a la lucha contra el terrorismo*. Nueva York: Naciones Unidas.

Vick, K., 2013. *Netanyahu Accused of Favoring China Over Plaintiffs in U.S. Terrorism Case*. [Online] Available at: <http://world.time.com/2013/12/17/netanyahu-accused-of-favoring-china-over-plaintiffs-in-u-s-terrorism-case/> [Accessed 01 04 2014].

Viegas Aleixo de Matos, M., 2011. *The Portuguese AML System and its Evolution*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Master Theses.

Villamarín Pulido, L. A., 2005. *Narcoterrorismo: La Guerra del Nuevo Siglo*. Madrid: Ediciones Nowtilus.

Von Bertalanffy, L., 1976. *Teoría General de los Sistemas: Fundamentos, Desarrollo, Aplicaciones*. 2º ed. Madrid: Fondo de Cultura Económica.

Warden, J. A. I., 1995. The Enemy As A System. *Airpower Journal*., Spring 1995(1), pp. 40-55.

White, J. B., 2012. *The strategic mind of Zbigniew Brzezinski: how a native pole use Afghanistan to protect his Homeland*., Master Thesis ed. Oxford: University of Mississippi.

Zabel, S., 2007. *Military Strategy of Global Jihad*. Carlisle: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute.



Apêndice I: Casos de estudo sobre branqueamento de capitais

Caso de estudo nº 1.- Operação Polar Cap

Relato extraído (Parker, 1999). Em 29 de março de 1989, o então Procurador Geral dos EUA Thornburgh anunciou a apresentação duma demanda num Tribunal de Atlanta, na qual acusava Pablo Escobar, Jorge Ochoa, Gustavo Gaviria, Gerardo Moncada e outros coletivamente referidos como o Cartel de Medellín (doravante Cartel) com vários crimes de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e violações as normas federais. A acusação alegou que o Cartel utilizou o Banco de Occidente SA (Panamá), uma subsidiária em Panamá do Banco de Occidente SA (Cali) para fazer a lavagem de milhões de dólares procedentes de rendimentos de drogas. Este facto foi apresentado como o “culminar da Operação *Polar Cap* , uma investigação federal longa no tempo com um bilhão de dólares em branqueamento de capitais com origem no Cartel de Medellín na Colômbia”.

Thornburgh também ao anunciar a acusação Atlanta indicou que a Procuradoria dos EUA, para o Distrito Sul de Nova York, tinha arquivado uma ação civil ... "pedindo ao tribunal para congelar o dinheiro de Fase I da investigação e devolver o dinheiro para os Estados Unidos para fins de confisco civil”. A investigação foi conduzida em conjunto por todos as quatro principais agências federais, do FBI, Alfândega dos EUA, da DEA e do IRS, sem qualquer agência ser designada como agência líder.

Fase I representou a prisão de réus em Los Angeles, Nova York, Miami e Houston e a apreensão de milhões de dólares de ativos. Dois processos foram arquivados no Distrito Central da Califórnia contra esses réus, Estados Unidos v Andonian , et . al . e também Estados Unidos v Koyomejian et . al . Como refletido na acusação Atlanta, Estados Unidos v Escobar et al, os acusados de Los Angeles foram referidos coletivamente pelos colombianos como “La Mina”.

Os supostos negócios de ouro e jóias eram "frentes", cujo principal objetivo era lavar em enormes somas de dinheiro gerado por drogas. As entregas em dinheiro para as "vitrinas" foram encaixotados e enviados via correio de carro blindado para Andonian Brothers, Inc., e ROPEX . Uma remessa de 4,8 milhões USD, foi apreendida por agentes federais em Nova York, em janeiro de 1989.

Além de receber dinheiro de todo o país, tanto ROPEX como Andonian Irmãos, Inc., teriam aceitado diretamente quantidades substanciais de dinheiro de traficantes de drogas locais. Como alegado nos indiciamentos criminais retornados em Los Angeles, o dinheiro foi contado por seus funcionários e, em seguida, depositados em contas bancárias em todo o país. O dinheiro foi finalmente transferido para contas bancárias na América do Sul e na Europa, sob o pretexto de transações comerciais legítimas.

Fase II do Cap Polar Operação resultou em prisões e apreensões na área de San Jose, Califórnia. Estes réus foram diretamente ligados aos réus Los Angeles La Mina.

Com o anúncio da Fase III do Cap Polar Operação, contas bancárias correspondentes norte-americanas de Atlanta do réu Banco de Occidente (Panamá) SA, (doravante BOP) foram "congeladas". Num período de 48 horas, cerca de 20 milhões USD foram “congelados”.

Além disso, agentes da DEA descobriram informações que identificaram ativos líquidos adicionais de BOP localizadas no Canadá, Suíça e Alemanha. Com a ajuda destes governos um adicional de 60 milhões USD dos fundos da BP tinha sido "congelado" até ao



final de abril de 1989. Em 14 agosto de 1989 Geral Thornburgh anunciou a primeira partilha internacional dos lucros do tráfico de drogas apreendidas.

Fase IV - Após as acusações de Los Angeles, foram emitidas Cartas Rogatórias pelo Tribunal Distrital da Califórnia dos EUA para as autoridades judiciais no Uruguai, buscarem a produção de registros de contas bancárias de Letras, SA / Cambio Italia, entidades criadas pela organização La Mina para facilitar a sua atividade de BC.

Em 17 de outubro de 1989, o governo colombiano registrou uma fazenda propriedade de membro do cartel Rodríguez Gacha. A informação desses registros foram libertados para os EUA. A análise desses registros, levaram à eventual apreensão de 121 milhões USD em contas bancárias localizadas na Suíça, Reino Unido, Luxemburgo, Áustria, Estados Unidos e Panamá, juntamente com as apreensões de moeda na Colômbia.

Os EUA obtiveram registros bancários de La Mina do Panamá. Foram analisados os registros de contas da BP estabelecidas diretamente para as contas de Ronel. Estas contas foram controladas por Eduardo Martinez e outros, em nome do Cartel. Com base nesses registros, foram emitidas decisões de congelamento contra 1.035 contas bancárias domésticas dos EUA, que recebeu do Panamá BOP representa os rendimentos de drogas uma vez branqueado. Mais tarde, o governo dos EUA rejeitou suas ações de congelamento com base em determinações que os donos das contas bancárias dos Estados Unidos tinha adquiriram inconscientemente os dólares de droga através do mercado negro / paralelo subterrâneo para a troca de moeda.

Fase V - Como resultado de ligações desenvolvidas através de fases anteriores do Polar Cap, em Novembro de 1991, acusações de lavagem de dinheiro foram emitidos contra Stephen Saccoccia e outros em Providence, Rhode Island. Acusações adicionais foram devolvidas, em Los Angeles, Miami e Atlanta. As evidências indicavam que Saccoccia foi responsável pela lavagem de mais de 137.000 mil milhões USD a partir de final de 1986 até à sua prisão na Suíça, em novembro de 1991. Saccoccia conseguiu um esquema sofisticado de branqueamento de capitais.

Principalmente, grandes volumes de dinheiro seriam entregues pelo correio para Saccoccia em Nova Iorque. De acordo com as instruções enviadas por fax, a maior parte do dinheiro, então, ser enviado por carro blindado ou veículo particular, para qualquer uma das duas empresas de propriedade da Saccoccia em Cranston, Rhode Island: "Tendência Metais Preciosos" (tendência) e "Saccoccia Coin Companhia". Estas duas empresas, juntas, constituem a sede da filial Rhode Island da organização. Em 1990 e início de 1991, essas transferências ocorreram quase que diariamente e normalmente continham centenas de milhares de dólares em pequenas denominações. Uma vez, em Rhode Island, o dinheiro seria contado numa máquina de contagem automática e classificadas. De acordo com as instruções do Saccoccia, seria, então, para ser levado para os bancos da área e usado para comprar cheques de tesoureiro da caixa. Essas operações eram frequentemente "estruturadas", de modo a que os valores fossem inferiores a 10.000 USD - um dispositivo projetado para evitar a apresentação de um Extrato de câmbio. Noutras ocasiões, quando as compras excediam esse valor, os réus apresentavam relatórios falsos (ou nenhum relatório) para ser arquivado. Os cheques foram nominais à Tendência ou outras empresas de fachada controladas por empresas Saccoccia ostensivamente envolvidos em comércio como ouro ou joias, que esperavam que gerasse grandes quantidades de dinheiro. Os cheques eram depositados em contas dessas empresas, e os fundos mais tarde transferidos para a conta central mantida pela Trend num banco Providência. De lá, o dinheiro seria ligado a contas bancárias na Colômbia e em outros países, incluindo a Europa. Saccoccia foi condenado e sentenciado a 660 anos de prisão e condenado a pagar uma multa de 15,7 milhões USD.



Caso de estudo nº 2.- Operação Solarium-120

Relato extraído (Avila Solana, 2001). Os primeiros passos da investigação são dados pelo Serviço Fiscal e Antidroga da Guardia Civil, que inicia uma investigação chamada "Solarium", sobre a atividade de divisas na cidade de Melilla, suspeitando que a maioria sendo de troca das moedas, procediam do contrabando de haxixe.

Entretanto, e em paralelo com a investigação inicial de dinheiro acima mencionada, o Grupo de Investigação Fiscal e Antidrogas da Comandância da Guardia Civil em Madrid começa no mês de fevereiro de 1998, uma investigação chamada "120" sobre o tráfico de haxixe internacionalmente por uma organização de agências em Melilla com base de suporte familiar, nas províncias de Madrid e Málaga.

Esta rede “financeira” tinha estabelecimentos variados (sapatarias, perfumarias,...) onde podiam ingressar dinheiro em qualquer tipo de moeda e poder resgatá-lo em qualquer agência da rede em Espanha ou na Europa (Holanda, Belgica,...)

A operação “ “Solarium -120 “foi desenvolvida em 1998, simultaneamente em Melilla, no norte da África e na península ibérica, onde uma organização de tráfico de haxixe usava o sistema informal de transferência de dinheiro, conhecido como “*hawala*” em árabe, e um sofisticado método de conversão fraudulenta de divisas. Neste caso apresenta-se o procedimento operativo das organizações criminosas do norte de Africa, dedicadas ao tráfico de haxixe e a sua necessidade de converter as divisas procedentes do Reino Unido e do norte de Europa em pesetas o dirhams marroquinos. Depois a entrada em vigor do euro tem diminuído muito a vulnerabilidade destas organizações, mas as relações entre a economia legal do norte de Africa, o tráfico de haxixe, e as comunidades de imigrantes norte-africanos no centro e no norte de Europa ficam a descoberto.

No curso da operação a organização criminosa conseguiu diversificar o seu negócio acrescentando às suas atividades o tráfico de seres humanos entre Africa e Espanha.



Apêndice II: Casos de estudo sobre financiamento do terrorismo

Caso de estudo nº 3: Jemaah Islamiyah (terrorismo yihadista na Indonésia)

Relato extraído (Realuyo, 2010, p. 219). Em 12 de outubro de 2002, a Indonésia apresentou o maior e mais mortal ataque terrorista desde 9/11 em qualquer lugar do mundo: um atentado numa zona noturna popular para os turistas estrangeiros na ilha de Bali. Desde que o grupo terrorista Jemaah Islamiyah (JI) Estes assassinatos perpetrados, e os ataques subsequentes na capital, têm obrigado a Indonésia estabelecer esforços com os seus parceiros internacionais, para fortalecer suas defesas.

Washington desenvolveu e executou uma estratégia abrangente para apoiar os esforços de contraterrorismo da Indonésia. Neste caso, os programas de assistência antiterrorista dos EUA e contraterrorismo finanças profissionais de contraterrorismo da Indonésia Diretamente poderes para enfrentar a ameaça de JI.

Como "Seguindo o rastro do dinheiro " foi considerado um aspeto importante da luta contra a JI, os oficiais com finanças contraterrorismo e perícia forense financeira constituída em unidades especializadas CT Estes foram. Com tal instrução e habilidades interdisciplinares, as forças de contraterrorismo da Indonésia tornaram-se mais eficaz em interromper parcelas e erradicar o terror, as células ligadas ao JI. Em novembro de 2005, SD -88 localizado terrorista mais procurado, bin Azahari Husin da Indonésia , que estava ligado aos atentados de Bali e Jacarta. SD -88 planejou e executou um ataque bem sucedido no reduto do Azahari , matando-o e protegendo informações valiosas para ajudar a impedir que outros ataques.

O caso da Indonésia demonstra como eles e seus aliados foram capazes de trabalhar em conjunto para construir a sua capacidade de contraterrorismo para enfrentar Jemaah Islamiyah. Washington e outras capitais do mundo dedicado e implantada perícia técnica tirada através das disciplinas (aplicação da lei, juristas financeiros) que permitiram a Indonésia trabalhar e derrotar a grupos terroristas como JI.

Lições Aprendidas Bali (Realuyo, 2010, p. 221). Através de operações de aplicação da lei e as denominações públicas de funcionários, Indonésia respondeu rapidamente aos atentados de Bali e fez avanços significativos na extirpação da célula de JI responsável pelos ataques. A formação e capacitação fornecida pelo governo dos EUA e outros doadores internacionais têm aumentado significativamente Capacidade da Indonésia para prevenir e responder ao financiamento do terrorismo e terrorismo internacional. De programas de aplicação da lei para uma reforma abrangente de estruturas financeiras e legais , a Indonésia tem se beneficiado da assistência Continuada extensivamente de seus aliados , e serve como um exemplo positivo dos esforços internacionais de capacitação. O caso da Indonésia Demonstra como e seus aliados foram capazes de trabalhar em conjunto para construir capacidade de contraterrorismo para enfrentar Jemaah Islamiyah. Washington e outras capitais do mundo dedicaram-se a implantação da perícia técnica tirada através das disciplinas (funcionários de aplicação da lei, juristas, financeiros) que habilitavam a Indonésia para trabalhar em como derrotar grupos terroristas como JI. Assim, estas medidas financeiras de combate ao terrorismo tiveram muito sucesso, de acordo com o ex-Diretor Nacional de Inteligência dos EUA, Michael McConnell EUA, em fevereiro de 2008, "ao longo dos últimos 12 a 18 meses, a comunidade de inteligência percebe que a Al Qaeda e seus grupos afiliados têm tido dificuldade na captação de recursos e sustentar a si mesmos. "

Caso de estudo nº 4: Al-Qaeda (terrorismo yihadista)

Relato extraído (Brisard, 2002, pp. 6-34). Al- Qaeda distingue claramente em vários documentos, incluindo aqueles da sua formação, entre os fundos para a estrutura da organização e os "fundos operacionais". Para Al-Qaeda, os fundos operacionais têm dois objetivos principais: o primeiro é



investir em projetos que oferecem retorno financeiro para fornecer as células locais, o segundo é realizar operações terroristas diretas.

Al-Qaeda não é apenas uma organização combatente, é também e acima de tudo de confederação de organizações militantes em todo o mundo. O primeiro objectivo do dinheiro para a Al-Qaeda, a este nível é a ampla rede de entretenimento Organizações, para financiar e aproveitá-los para estabilizar o seu apoio e desenvolva seu alcance. Ao longo dos anos, Al Qaeda apoiou financeiramente a várias entidades, a partir de Líbia para as Filipinas, da Indonésia à Somália em quantidades que variam em milhões de USD.

As células operacionais Al-Qaeda tinham vários métodos de financiamento: doações e comissões de subscrição / adesão, os projetos de investimento, empresas de fachada, contratos falsos, roubo de bancos, falsificação de cheques, fraude de cartão de crédito, falsificação de moeda, sequestro, extorsão, contrabando de armas, tráfico de drogas e tráfico de diversas mercadorias (carros...).

A natureza da rede Al-Qaeda é tudo, mas uma estrutura que cobre a financiar suas operações. Uma das principais características desta rede foi sua capacidade de agir e comportar-se fora da rede económica e financeira tradicional.

A Hawala é um sistema informal de transferência de dinheiro. Ele baseia-se num curto prazo, descontáveis, negociável, nota promissória (ou letra de câmbio). Embora não limitado a muçulmanos, tem vindo a ser identificado com " Banca Islâmica ". O sistema Hawala é basicamente uma ferramenta de " usuário final " para os terroristas no chão, usado para transferir o dinheiro para fins operacionais. Ela nunca foi uma ferramenta ou instrumento primário para movimentar dinheiro. Durante anos, uma vez que a parcela das forças Mujahideen no Afeganistão em árabe 1980, os ricos empresários sauditas, banqueiros e instituições forjaram a espinha dorsal financeira da Al-Qaeda, ou de transferência facilitando a transferência de tais fundos para instituições de caridade ou frentes da organização terrorista, alguns dos quais já foram designados como suportes de terrorismo pelas autoridades norte-americanas. Um evento marcante no que diz respeito disso é que o governo saudita estava entre os primeiros a reconhecer e apoiar o regime talibã no Afeganistão. Dentro de um período de 10 anos, o apoio financeiro à disposição da Al-Qaeda ou o suas organizações irmãs, recebidos através de doações diretas ou fundos Zakat desde instituições de caridade ou através de vários esquemas fraudulentos que variam entre 300.000 mil USD e 500 milhões USD para uma receita anual de cerca de 50 milhões USD de acordo com várias estimativas de inteligência, menos de 10 % desse montante foi para o planeamento operacional , enquanto que 90% foram utilizados para a infra-estrutura de rede, principalmente instalações e organização.

O melhor exemplo de este tipo de financiamento é a lista de vinte doadores sauditas com as cifras de dinheiro entregues a pessoas vinculadas à Al-Qaeda conhecida como "*Golden Chain*". Esta lista manuscrita foi encontrada numa operação da OTAN e funcionários do governo dos EUA contra a *Benevolence International Foundation (BIF)* em Sarajevo no mês do março de 2002. Alguns dos nomes que nela aparecem são importantes banqueiros ou homens de negócios da Arabia Saudita e de outros países do Golfo (Prados & Blanchard, 2004, p. 2). Foi usada pelo governo dos EUA num julgamento por financiamento do terrorismo o dia 29 de janeiro de 2003 (*United States of America v. Enaam Arnout*). Consulte a figura nº 4 com a imagem desta lista.

Caso de estudo nº 5: ETA (terrorismo etnonacionalista separatista na Espanha)

No caso do País Basco, o financiamento anual é limitada ETA- Batasuna equivalente a 0,05 por 100 figura PIB regional; o valor da perda de vidas, destruição física e os custos de segurança, aumenta a cada ano, para 1,2 por 100 do PIB; bem como o impacto sobre o crescimento económico atingiu uma média de 21,3 por 100 do PIB. (Buesa, 2006, p. 2)

A predação de recursos de ETA é baseada, deste modo, em vários tipos de ações, entre as quais o saque de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas; a extorsão os cidadãos, principalmente pessoas de negócios aos que ameaça e, simultaneamente, ofereceu uma suposta proteção; a organização de redes criminosas envolvidas em roubo, manipulação instrumentos financeiros



fraudulentos ou roubos; realização de operações em mercados negros; envolvimento direto ou indireto no contrabando de drogas, armas e mercadorias embargadas; e elevar geralmente recursos externos sob as formas sub-reptícias de ajuda política ou humanitária (Buesa, 2006, p. 3)

O entramado do Movimento Nacional de Liberação Basco (MLNV em espanhol) começou a formar-se em 1977, sendo notável que, por muitos anos, ETA assumiu, mas não só direção da organização mas também a seu financiamento. Contudo, desde 1992, no âmbito do processo de reorganização, passaram a estabelecer um sistema de coordenação entre “as várias corporações e organizações sectoriais que irão... Como meio de financiamento... e para garantir a continuidade do em si” do sistema.

No entanto, depois 2002, com a proibição do Batasuna e o desaparecimento dessas fontes alternativas, ETA recorreu ao intensificou sua pressão sobre negócio, o que resultou na diversificação do grupo extorquido estendendo-se ameaças a pequenos empresários, comerciantes eiberales - profissional, extensão geográfica para além do País Basco e Navarra, Aragão de Madrid, Catalunha e Valencia, e sua segmentação em dois grupos, um considerado "sensível" às reivindicações -terroristas, cujos membros são obrigados a pagar € 12.000 a 24.000 - e outro rotulado um "inimigo" para -onde a taxa é de entre 120.000 e 300.000 €.

Bem, pode-se estimar que durante o período selecionado para a nossa análise (1993-2002) os empresários de extorsão produziu uma renda anual para ETA, 5.150.000 €, dos quais cerca de 60 % refere-se ao pagamento de resgate de reféns e o resto valores exigidos sob coação.

Estabeleceu-se que o conjunto de recursos utilizado por essas organizações foram obtidos a partir de executar uma ampla gama de atividades predatórias, em alguns casos, por natureza, diretamente criminoso e a outra substância legal que na sua maioria têm gravitou sobre a economia do País Basco. Estes recursos foram com valor de preços constantes de 2002, 23.640.000 € em média anual (Buesa, 2006, p. 32).

<i>Fuente de recursos</i>	<i>Organización</i>	<i>Miles de €</i>	<i>Total</i>
Extorsión a los empresarios	ETA	5.147,9	5.147,9
Subvenciones Públicas	Batasuna	669,1	13.059,5
	AEK	5.241,5	
	Egunkaria	1.045,6	
	Elkargintza	2.074,3	
	Elkarlanean	735,4	
	Batasuna	99,9	
	AEK	456,8	
	Udalbiltza-Kursaal	320,4	
	Batasuna	37,3	
	Udalbiltza-Kursaal	2.169,9	
Créditos no amortizados de Caja Laboral Popular	Batasuna	211,4	211,4
Rifas	AEK	273,9	273,9
Actividades Mercantiles	Herriko Tabernas	3.000,0	3.000,0
Fondos de origen desconocido	Empresas	?	
Saqueo (Explosivos y vehículos)	Egunkaria	1.697,7	1.697,7
	ETA	245,3	245,3
TOTAL			23.635,7

Efeitos da ilegalização do Batasuna (Buesa, 2006, p. 20)

A ilegalização do Batasuna, que a ação legal é adicionado a outras organizações situado no interior da estrutura da ETA - Batasuna, tem tido um impacto significativo sobre a capacidade financeira do mesmo. Entrada, Batasuna teve de enfrentar no último trimestre de 2002, o encerramento e apreensão da sua sede e local, de modo que ele perdeu o controlo em um total



220 propriedades. Além disso, eu tive que rescindir os contratos de 39 trabalhadores empregados na sua serviço através de uma regulação do emprego que foi aprovada em 23 de dezembro do mesmo ano. Além disso, em 2003, não permitiu-se-lhe apresentar sua candidatura para as eleições as Camaras municipais, que já teve eles. Assim, ele foi deixado de controlar um orçamento de € 196.300.000, somente nos municípios cujo prefeito tinha pertencido ao Batasuna. Estas perdas de receita são refletidas na capacidade operacional da ETA, bem como a sua formas de endereçar os militantes que cumprem pena na prisão. Para eles, tem reduziu seu subsídio mensal de € 400-100, causando descontentamento entre a correspondente das suas famílias, mesmo quando o Governo basco tentou aliviá-la da concessão de ajudas para viagem, como já indicado. Eles também têm forçado Batasuna para estabelecer uma taxa mensal de 15 € e os seus militantes. A redução da capacidade económica e perda de poder municipal também tinha um reflexão sobre a capacidade de ETA- Batasuna para aumentar o compromisso político da população basca.

Caso de estudo nº 6: GRAPO (terrorismo extrema esquerda marxista na Espanha)

O diário "El País" em 1989 publicou um artigo editorial intitulado "O Estranho GRAPO" (1989/12/29): "Esclarecer os ataques terroristas, apreender aos autores, monitorar os grupos que tem suspeitas razoáveis que são favoráveis ao uso da violência e descobrir suas conexões e suportes requer não só os esforços da polícia mas, acima de tudo, um serviço de informações e altamente especializados preparados". Na mesma edição, o jornal publicou o seguinte em um suporte de informações sobre GRAPO: "Desde a sua aparição em 01 de outubro de 1975 com o assassinato em várias ações sincronizadas em Madrid, os GRAPO formam uma mesma organização escura e misteriosa, muitas vezes desarticulado oficialmente como sempre reconstruídos, e suspeitos de ações terroristas espetaculares.

Em 1987, o GRAPO foi reorganizado com um novo comando móvel. Meses mais tarde, em 1988, morto em sua casa no centro de A Corunha, o empresário galego Claudio San Martin, então presidente da Caixa Galicia. Em 1995, foi sequestrado em Zaragoza o empresário Publio Cordon; embora a banda sempre argumentou que ele foi lançado. Em 1999 assaltou um banco em Valladolid e plantar uma bomba em uma sede do PSOE em Madrid. Em 2000, em uma tentativa de assalto a um carro blindado em Vigo, mataram a dois guardas de segurança e outro ficou gravemente ferido. Naquele mesmo ano ele desmantelou o topo da organização com a prisão de sete líderes em Paris. O 17 novembro de 2000, o GRAPO matou a um polícia que estava patrulhando sozinho no distrito de Carabanchel em Madrid. Também colocou as várias bombas empresas e prédios públicos. Em 2002 eles prenderam 14 membros da organização (8 na França e 6 em Espanha) sendo praticamente desmantelado a banda. No entanto, em 2003 reaparecem com o roubo de uma agência bancária, em Madrid. Naquele mesmo ano, o juiz Baltasar Garzón suspendeu as atividades do partido político PCE (r) por considerar o braço político da GRAPO. Em 06 de fevereiro de 2006 GRAPO reaparecer, matando de Ana Isabel Herrero e ferindo seu marido, o empresário Francisco Colell, dono de uma empresa de trabalho temporário, num tiroteio nas ruas de Zaragoza e Cervantes reivindicando-lho através carta à delegação da rede de televisão Antena 3, na mesma cidade. 26 de fevereiro daquele mesmo ano Israel Torralba preso por suspeita de agressão, a quem os assassinatos cometidos na banda de 2000. Em 9 de junho de 2006, o resultado da investigação após o bombardeio de Zaragoza, para na cidade catalã de Reus três outros membros da GRAPO, incluindo considerado seu líder da banda na época, Juan García Martín. Em 4 de julho de 2006, dois membros de um ramo da GRAPO atracaram Caixa Galicia, em Santiago de Compostela, sequestrando por uma hora, e face aberta, ao diretor da agência. Receberam uma recompensa de cerca de 20.000 euros.

Em 2007 o último grupo do GRAPO foi detido pela Guardia Civil.



Apêndice III: Casos de estudo sobre estruturas comuns

Caso de estudo nº 7: o narcoterrorismo

O termo narco-terrorismo foi cunhado pelo ex-presidente do Peru, Belaunde Terry para descrever os ataques dos traficantes de drogas que utilizavam métodos terroristas como o uso de carros-bomba, assassinatos e sequestros contra a polícia antinarcóticos no Peru (Kushner, 2003, p. 251; Thomas, 2009, p. 1886), e usado pela primeira vez em 1982

Embora inicialmente usado no contexto do terrorismo relacionado ao Narcotráfico na América do Sul (Peru, Colômbia, Bolívia e Brasil), o termo passou a ser associado a grupos terroristas e atividades em redor do mundo, primeiramente, no Sudeste da Ásia Central e (Afeganistão, Irão, Turquia e Paquistão), e, depois, na África Central e do Norte (Guiné, Mali, Líbia e Argélia).

A interpretação literal do termo composto narco-terrorismo sugere a união de duas atividades criminosas o tráfico de drogas e a violência terrorista. O próprio Presidente Belaunde definiu o narco-terrorismo como a união do vício dos narcóticos com a violência do terrorismo (Thomas, 2009, p. 1886) O narco-terrorismo pode ser definido como um tipo concreto de terrorismo como um meio específico de financiamento do terrorismo (SARC, 2008, p. 76). No primeiro sentido, o *Canadian Security Intelligence Service (CSIS)* entende que este fenómeno seria a tentativa dos narcotraficantes de influenciar a política de um governo mediante o uso da violência ou a ameaça sistemática de seu uso (Smith, 1991). Como exemplo pode citar-se a campanha de atentados com explosivos de Pablo Escobar e o Cartel de Medellín para mudar a política de extradições aos EUA do governo colombiano. No segundo sentido, o narco-terrorismo é interpretado como um procedimento específico para conseguir fundos por parte de organizações terroristas. Como meio específico de financiamento do terrorismo pode citar-se as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)*, organização terrorista marxista que tem o controlo numa parte sensível do negócio do narcotráfico desde a Colômbia a todo o resto do mundo.

Alguns autores têm diminuído a importância do fenómeno do narco-terrorismo, dizendo que a nível mundial só existem uma série de casos isolados onde a colaboração entre as organizações terroristas e o crime organizado tem sido claro (Dishman, 2001, p. 48). Sustentam opinião contrária a maioria dos organismos especializados na matéria, nomeadamente, Villamarín afirmou que o narco-terrorismo é a guerra do século XXI (2005, p. 15). Além disso, numa investigação realizada em 2002 pela Organização das Nações Unidas mediante inquéritos remetidos às autoridades competentes de trinta e oito países, as respostas de dezanove deles apontavam a ligações entre os traficantes de drogas e grupos terroristas. (Dandurand & Chin, 2004, p. 28).

Infelizmente, inúmeros exemplos ilustram os pontos de convergência entre o terrorismo e o tráfico de drogas, mas é a América do Sul a região do globo onde melhor pode observar-se este tipo de simbioses. Concretamente Peru e Colômbia são os dois países onde ainda há movimentos terroristas que têm o narcotráfico como principal fonte de financiamento na sua luta contra o governo legítimo do país.

As fontes principais e as percentagens do financiamento das FARC em 2003, foram estimadas em 1.728 milhões USD dólares procedentes da venda de cocaína (45%); 1.569 milhões USD da extorsão (41%), 256 milhões USD de sequestros com resgate (6%), 115 milhões dos rendimentos de investimento (3%) e 52 milhões do roubo de bovinos (1%) (UNODC, 2010). A nova estratégia das FARC para o transporte da cocaína para Europa é através do Golfo de Guiné, e a sua aliança com os grupos terroristas da rede Al-Qaeda no Sahel é um dos exemplos mais claros dos nexos entre o terrorismo e o narcotráfico.

Interessa aqui deixar claro que inclusive as organizações supostamente limpas, como a ETA, às vezes usam o narcotráfico como fonte de financiamento para o método logístico de troca de armas e explosivos. Embora este tipo de operações represente apenas uma pequena fonte de renda para a ETA, algumas operações pontuais têm sido de notável importância. Reinales incluiu num



dos seus livros (2001, p. 197) sobre esta organização terrorista uma conversa muito interessante, em que um ex-membro da ETA lhe confessou que tinha participado em operações de compra de armas com uma entrega de cocaína associada. Em 1996, o membro de ETA, José Luis Folgueras foi detido em Jaén (Espanha) com 150 kg de cocaína (El País, 1996), fato que confirma o anteriormente recolhido por outras fontes.

Mais recentemente, em janeiro de 2006, a polícia francesa prendeu dois membros da ETA que estiveram envolvidos numa operação em Itália para pagar armas e explosivos com drogas (Buesa & Baumert, 2012, p. 14). A Direção Nacional Anti-Máfia italiana tem informado que um cartel colombiano de drogas fornece deste tipo de substâncias à ETA. Posteriormente, a cocaína é trocada por armas fornecidas pela Camorra napolitana através dos seus contatos com os criminosos nos Balcãs (UNODC, 2010, p. 52). Nesta operação a Camorra Genovese intercambiou armas por drogas com a ETA que atuou em conjunto com as FARC colombianas que eram o fornecedor primário das drogas (Schneider & Caruso, 2011, p. 7; Saviano, 2008, p. 198).

Há também referências a que ETA participava na distribuição de cocaína em Espanha nos papéis que foram encontrados a Raúl Reyes, o falecido líder das FARC (Buesa & Baumert, 2012, p. 15; Villamarín Pulido, 2005, p. 155; UNODC, 2010, p. 52). Uma imagem completa das relações entre ETA e as FARC pode ver-se na Resolução do dia 24 de fevereiro de 2010 no Sumario 75/09 do Tribunal Central Nº Seis (Audiencia Nacional, 2010).

Outro caso interessante, é o relato da tentativa de assassinato num atentado terrorista do embaixador de Arábia Saudita nos EUA, que demonstrara as ligações do Serviço de Inteligência iraniano com o terrorismo religioso e político xiita através do braço executor de uma organização criminal de narcotraficantes mexicanos.

Os factos do julgamento do caso nos tribunais dos EUA, permite dizer que Manssor Arbabsiar, um iraniano com passaporte estado-unidense teve como coconspirador Gholam Shakuri, um oficial da Força Qods, unidade de elite do governo de Irão, num tento de assassinato do Embaixador de Arabia Saudita nos EUA. Arbabsiar reuniu-se, em vários momentos, no México, com uma fonte confidencial da DEA, identificada como CS-1, que estava integrada num sofisticado e violento cartel internacional de narcotráfico Arbabsiar estava disposto a contratar CS-1 e seus companheiros criminosos para assassinar o embaixador, enquanto Shakuri e outros coconspiradores baseados no Irão aprovavam o plano e facilitavam o financiamento da operação terrorista. Uma vez aprovado por Shakuri, Arbabsiar transferiu cerca de 100.000 USD para uma conta bancária nos EUA de CS-1, controlada pelo FBI, como um pré-pagamento para fazer os primeiros gestões no plano para matar ao Embaixador. As transferências de dinheiro foram via bancária, assim o dia 1 de agosto de 2011 foram enviados 49.960 USD para uma conta dum banco em Manhattan, Nova Iorque, e oito dias depois uma segunda entrega da mesma quantia pelo mesmo medio. Na primavera de 2011, Shakuri facilitou milhares de USD a Arbabsiar no Irão para fazer os pagamentos sucessivos. Arbabsiar foi detido pelo FBI, julgado por um Tribunal americano e condenado a uma importante pena por este crime.

Caso de estudo nº 8: Bank of Credit and Commerce International (BCCI)

Relato extraído (Kerry & Brown, 1992, p. 21) O Banco Internacional de Crédito e Comercio (BCCI), foi um dos principais bancos mundiais desde sua fundação no ano 1972 até a sua queda no ano 1991.

O banco foi formado por uma aliança entre grandes famílias árabes ou paquistaneses com os Bin Mahfouz da Arábia Saudita, os Gokal de Paquistão, os Gaith Pharaon de Abu Dhabi. O BCCI Holding SA foi registrado no Luxemburgo em 1972 e o BCCI SA foi registrado nas Ilhas Cayman em 1975. A sede principal do banco estava no Londres.

A conceição, crescimento, colapso, e a criminalidade do BCCI estão intimamente ligadas com a personalidade de seu fundador, Agha Hasan Abedi, que por sua vez era um produto das condições



únicas dos muçulmanos da Índia no final do período de domínio britânico antes da partição, e os primeiros anos após a partição.

O BCCI não pode ser tomado como um exemplo isolado de um banco desonestos, mas um estudo de caso da vulnerabilidade do mundo a criminalidade internacional em um escopo abrangente, que está para além da actual capacidade dos governos de controlar. O multi-bilionário colapso é apenas o último de uma série de escândalos financeiros internacionais têm atormentado bancário internacional deste século. Suas técnicas e suas associações com funcionários do governo, agências de inteligência e traficantes, não eram nem novas nem únicas.

Durante uma audiência sobre o regime do General Noriega de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, BCCI foi identificado como Facilitador de Noriega atividade criminal. Em março de 1988, a Comissão de Relações Exteriores autorizou a emissão de Essas intimações para BCCI e do banco envolvido dentro manipulação ativos de Noriega, e as contas dos outros no Panamá e Colômbia.

A DEA tinha uma infinidade de informações sobre o caso que, tomados em conjunto, levou à inevitável. Esta conclusão "BCCI é o lugar para lavar dinheiro" (4) O relatório afirma que: "[A] revisão dos arquivos tem, até agora, revelou 125 casos que foram identificados" como tendo Algo a ver com BCCI. "A maioria dos casos são operações montra disfarçados que levam BCCI a mandados para apreender contas bancárias recipiente contendo Suspeita de rendimentos de drogas. Em 1986, agente secreto Alfândega Robert Mazur escreveu um memorando aos seus superiores propondo uma operação de lavagem de dinheiro secreto chamado Operation C- Chase. Conforme Mazur, a proposta surgiu a partir de quase dois anos e meio de trabalho secreto na Flórida, em lavagem de dinheiro internacional. A proposta de Mazur foi aceita ea Agência Alfândega Notificado o Departamento de Justiça que a assistência estratégica e tática, desde Mazur Isso testemunhou um dos lavadores de dinheiro enredados na Operação C- Perseguição teve receita bruta em Estados Unidos "de cerca de US \$ 200 milhões por mês em moeda que precisava ser removido dos Estados Unidos em seu nome." (13) Enquanto os primeiros estágios da investigação centrou-se em a lavagem de dinheiro e do cartel de drogas, como Mazur aprendi mais sobre BCCI, comecei a concentrar sua Os esforços sobre a cumplicidade do banco em lavagem de dinheiro. Dirigir as atividades de sua equipe à paisana, definir sobre a Investigar Mazur BCCI e eu descobriu rapidamente que o banco estava muito disposta a ajudá-lo na lavagem de dinheiro. Isso Mazur testemunhou depois que abriu sua conta no Panamá "O banco voltou a ter uma relação mais ampla... Um oficial de operações .. Reconhecido o natureza das transações e me chamou, não solicitados, a informar-me que eu seria nos Estados que os Estados e senti o banco, sendo um banco de serviço completo, teve os tipos de habilidades para manter a minha operações realizadas de uma maneira muito confidencial que aumentaria as empresas que eu estava envolvido dentro. Em 1988, dois membros da subsidiária BCCI de Tampa, Florida foram acusados de pertencer a uma rede de tráfico de drogas. Em julho de 1991, estes e outros factos provocaram a quebra e a suspensão de atividades do BCCI e o início do processo internacional em Londres para sua liquidação.

Caso de estudo nº 9: HSBC

A Corporação Bancaria de Hong-Kong Shanghai (HSBC) é uma das maiores instituições financeiras do mundo, com mais de US \$ 2,5 bilhões em ativos, 89 milhões de clientes, 300 mil empregados em todo o mundo e 2011 o lucro foi de quase US \$ 22 bilhões. HSBC, cujas iniciais originalmente localizados em Hong Kong Shanghai Banking Corporation, possui operações em mais de 80 países, com centenas de membros em todo o mundo. Sua empresa-mãe, o HSBC Holdings PLC, chamado de "Grupo HSBC", tem a sua sede em Londres e seu executivo-chefe é em Hong Kong.

Exemplo as empresas mexicanas Alto Risco de toca de moeda. As Casas de câmbio mexicanas (CDCs) empresas de serviços dinheiro são licenciados pelo Departamento do Tesouro mexicano (SHCP), para trocar moedas estrangeiras por uma taxa. em México, CDCs não são licenciados



como os bancos e não mantenha depósitos, corrente ou poupança m anter contas, ou fornecer outros serviços bancário Em vez disso, CDCs são tipicamente limitadas a aceitar moeda de um cliente, trocando-a por outra moeda, em seguida, entregá-lo a qualquer o cliente ou enviá-lo a uma instituição financeira em outro país, como os EUA.

Até 2007, a Casa de Cambio Puebla (Puebla) foi uma troca de licenciado, fundada em 1985, com filiais em todo México.⁴³⁰ Em 16 de maio de 2007, os Estados Unidos obtidas no garante de um tribunal federal da Flórida e congelou ou apreendidos todos os fundos em depósito com Puebla Wachovia Bank em Miami, bem como com Wachovia Bank, em Londres, afetando, fundos totalizando mais de 11 milhões USD. Em julho de 2007, apresentou uma queixa civil Puebla buscando a libertação das pessoas funds. Em 2008, os Estados Unidos indiciou Puebla, dois de seus oficiais, e outros dois indivíduos em tráfico de drogas e lavagem de dinheiro charges.⁴³⁴ Em 2009, um dos réus foi preso e, em 2010, declarou-se culpado de conspiração para lavagem de dinheiro, e foi condenado a 4 meses de prisão, enquanto os outros réus, incluindo Puebla, foram colocados sobre fugitivo status. lavagem em conexão com a sua mudança de casa negócio, inclusive com relação à aqueles. Os processos judiciais de Puebla, que envolveu um grande banco mexicano, o EUA CDC, recebeu atenção generalizada. Casa Puebla era um cliente de antigo da HSBC (MX), tendo começado primeiro a relacionamento com o antecessor de HSBC (MX), o Banco Bital, no 1980s. Em 2004, Puebla também abriu dos contas com HSBC (US). Em 2007, Puebla teve várias contas em HSBC (MX), bem como um uma carga ótima de trabalho. Depois que os Estados Unidos congelara os fundos da empresa no Wachovia Bank, em Maio 2007, Puebla UBS suspendeu a conta duas semanas mais tarde e fechou a conta em junho 2007. HBMX não chegou a fechar a conta até novembro de 2007, e somente após a Procurador-geral mexicano servido uma ordem na margem Aproveitando fundos Puebla.

Em Espanha o Tribunal Supremo pôs fim a uma longa disputa entre os responsáveis políticos e da filial em Espanha, de Hong Kong e Shanghai Banking Corporation (HSBC) pela recusa da empresa a fim de facilitar tanto o Banco de Espanha e da Comissão para a Prevenção da Lavagem de Dinheiro, a identidade dos verdadeiros donos de 138 contas de fiscalmente opacas, cuja existência foi revelada em 2001.

Por sua vez, confirmou a decisão do Ministério da Economia da instituição financeira para impor uma multa de 2,1 milhões por três violações graves. A primeira violação da obrigação de identificar os clientes quando entram em relações comerciais. O segundo crime foi o de evitar a obrigação de examinar as operações suspeitas relacionadas com a lavagem de dinheiro. A terceira, e não estabelecer procedimentos adequados e organismos de controlo interno para evitar a lavagem de dinheiro.